

ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000

Avulso por folha	20\$0
Anuncios, por linha	10\$0

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.

As pessoas que quizerem subscriver para o DIARIO DE LISBOA no 2.º semestre e 3.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes:

Semestre	COM ESTAMPILHA	6\$600 réis
Trimestre	SEM ESTAMPILHA	3\$600 »

Semestre	SEM ESTAMPILHA	5\$600 réis
Trimestre	SEM ESTAMPILHA	3\$000 »

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º semestre e 2.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUCCÃO PUBLICA

2.ª Repartição—1.ª Secção

Sua Magestade El-Rei tomando em consideração as consultas dos conselhos das faculdades de mathematica e philosophia da universidade de Coimbra, de 10 e 19 do mez proximo passado, em que pedem autorisação para cada uma d'ellas ser representada por um dos seus membros no congresso de observadores que no dia 18 do proximo mez de julho deve reunir-se em Hespanha, para observar um phenomeno dos mais importantes do nosso seculo; e conformando-se com o parecer do conselheiro reitor da dita universidade e do conselheiro geral de instrução publica, interposto na sua consulta de 31 do referido mez; ha por bem ordenar o seguinte:

1.º A commissão que, por parte da universidade, deve concorrer no indicado dia, com os mais observadores que se reunirem em Hespanha para as competentes observações astronomicas e meteorologicas, será composta de um dos astrónomos do observatorio da universidade, designado pelo reitor da universidade, e do lente em exercicio na cadeira de physica da faculdade de philosophia; e caso algum dos nomeados tenha legitimo impedimento, o reitor, ouvidos os conselhos das respectivas faculdades, designará d'entre os lentes de que ellas se compõem aquelles que devem substituir os que se escusarem por motivo justificado.

2.º Um membro do observatorio meteorologico do Infante D. Luiz, na escola polytechnica de Lisboa, se juntará a esta commissão, que trabalhará em commun sobre todos os objectos relativos á sua missão scientifica.

3.º Um dos guardas do observatorio astronomico da universidade acompanhará a commissão, e terá a seu cargo o acondicionamento dos instrumentos e os mais serviços que pela commissão lhe forem determinados.

4.º O conselheiro geral das faculdades de mathematica e philosophia, reunidas, acordará no plano das observações e trabalhos que são commettidos á commissão, e redigirá n'essa conformidade as devidas instrucções.

5.º Que n'essas instrucções se comprehenda não só quanto respecta ás observações, que são o fim especial d'esta commissão, mas tambem a indicação da visita aos principaes estabelecimentos de sciencias physico-mathematicas do reino visinho; e das relações que por esta occasião os commissarios devem estabelecer para facilitar a troca de exemplares dobrados, que possa haver, e das publicações scientificas mais notaveis de ambos os paizes.

6.º Que os conselhos das faculdades, autorisando os commissarios para levarem consigo os indispensaveis instrumentos para as observações de que vão ser encarregados, façam immediatamente requisição de outros instrumentos que para o mesmo fim forem necessarios, e que possam obter-se a tempo de servir no proximo dia 18 de julho.

7.º Que a commissão nomeada se deverá opportunamente apresentar n'este ministerio para receber as instrucções com que deve apresentar-se perante os agentes consulares portuguezes no reino visinho, a fim de ser auxiliada no desempenho do serviço de que é encarregada.

8.º Que em tempo competente se expedirão as ordens necessarias para as despesas d'esta commissão.

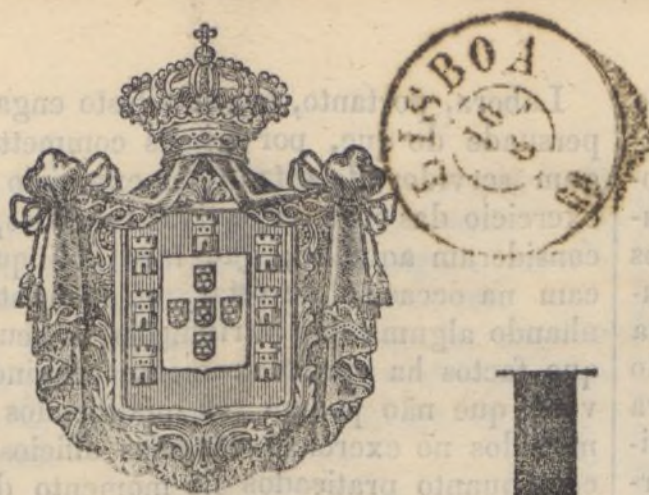
O que assim se participa ao conselheiro reitor da universidade de Coimbra, para sua intelligencia e prompta execução.

Paço das Necessidades, em 6 de junho de 1860. —Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Achando-se determinado por portaria d'esta data que uma commissão composta de um astrónomo do observatorio astronomico e do lente de physica da faculdade de philosophia da universidade de Coimbra com um membro do observatorio meteorologico do Infante D. Luiz se dirija a Hespanha, munida dos competentes instrumentos para observar os phenomenos astronomicos e meteorologicos por occasião do eclipse solar, que ha de ter logar no dia 18 do proximo mez de julho, e devendo esta commissão trabalhar em commun, auxiliando-se mutuamente os seus membros, e prestando os dois estabelecimentos os instrumentos de que podem dispor para o desempenho d'este importante serviço; ha Sua Magestade El-Rei por bem ordenar:

1.º Que o director da escola polytechnica proponha, por esta secretaria de estado, um dos membros do observatorio meteorologico, para fazer parte d'aquella commissão, e quando todos tenham legitimo impedimento, o mesmo director poderá, ouvido o conselho escolar, um dos lentes da escola polytechnica.

2.º Que o conselho escolar, assentando no plano das observações e trabalhos especificos de que deve encarregar-se o membro do observatorio meteorologi-



DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600

Comunicados e correspondencias, por linha	20\$0
---	-------

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, anuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os anuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

co, que for nomeado para este serviço, ordene, n'essa conformidade, as suas instrucções, que serão enviadas a este ministerio, tendo em vista não só o que particularmente respecta ás observações scientificas, que são o principal objecto d'esta commissão, mas tambem a visita dos estabelecimentos mais importantes de sciencias physico-mathematicas do reino visinho, e das relações que por esta occasião os commissarios devem estabelecer para facilitar a troca de exemplares dobrados que possa haver, e das mais notaveis publicações scientificas de ambos os paizes.

3.º Que o membro do observatorio meteorologico, designado para a mencionada commissão, será autorisado para levar consigo os indispensaveis instrumentos e aparelhos para as observações de que for encarregado, requisitando immediatamente o director da escola polytechnica outros instrumentos, que para o mesmo fim forem necessarios, e que possam obter-se a tempo de servir no proximo dia 18 de julho.

4.º Que o vogal nomeado por parte do observatorio meteorologico do Infante D. Luiz deverá entender-se directamente com os vogas nomeados por parte da universidade, em tudo que respectar ao desempenho do serviço que lhes for committido.

6.º Que em tempo competente se expedirão as ordens necessarias para as despesas d'esta commissão.

O que assim se participa ao director da escola polytechnica de Lisboa, para sua intelligencia e prompta execução.

Paço das Necessidades, em 6 de junho de 1860. —Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DA TRESOURARIA

Em continuação do anuncio inserto no *Diario de Lisboa* n.º 123, publica-se que se expediram as ordens necessarias para o pagamento, no dia 18 do corrente, dos vencimentos do mez de maio de 1860 (resto) das seguintes classes:

Archivo militar
Conservatorio real de Lisboa
Escola medico-cirurgica de Lisboa
Escola do exercito
Escola polytechnica
Collegio militar
Policia do porto de Lisboa
Museu de Lisboa
Estações civis de fazenda
Lyceu de Lisboa
Professores do districto de Lisboa
Estanco e fabrica do tabaco
Fabrica da polvorá
Officias em commissão
Ditos em disponibilidade
Hospital da marinha
Observatorio
Guarda real dos archivos.

Ficando assim concluido o pagamento dos vencimentos do mez de maio ultimo, annuncia-se outro sim que no dia 2 do julho proximo se abrirá o pagamento dos vencimentos das classes activas e não activas, respectivos ao corrente mez de junho, segundo as ordens que opportunamente se publicarão.

Direccão geral da thesauraria do ministerio da fazenda, em 14 de junho de 1860. —João José do Nascimento Lupi.

PARTE NÃO OFFICIAL
CORTES

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DOS PARES DO REINO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. VISCONDE DE LAMORIN

AUDIENCIA DE 6 DE JUNHO DE 1860

Ministerio publico, o ex.º sr. procurador geral da coroa.

Querelado, o ex.º sr. Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão.

Escrivão, o conselheiro official maior e director geral da secretaria da camara dos pares, Diogo Augusto de Castro Constancio.

As duas horas da tarde reunido o tribunal, determinou o sr. presidente que fossem introduzidos na sala o ex.º querelado, e seu patrono, o dr. Carlos Zeferino Pinto Coelho, e feito assim, disse:

O sr. Presidente:—queira o sr. escrivão verificar se ha numero legal de juizes para o tribunal poder funcionar.

O sr. Escrivão:—fez a contagem e declarou estarem presentes 34 dignos pares.

O sr. Presidente:—como ha numero excedente ao legal, declaro aberta a sessão do tribunal.

O sr. Procurador geral da coroa:—peço a palavra.

O sr. Presidente:—tem a palavra.

O sr. Procurador geral da coroa:—ex.º sr. presidente e preclarissimos pares juizes, intimado, não a requerimento meu, e mesmo sem sciencia minha, o ex.º querelado, o dr. Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão, digno par do reino, e conselheiro do supremo tribunal de justiça, que se acha presente, assistido do seu habillissimo patrono, cujos poderes supponho estarem devidamente legalizados, para assistir no dia 19 do passado mez ao exame de tabellieas a que, para complemento do corpo de delicto, se havia de proceder n'este egregio tribunal, sobre a letra e assignatura da carta attribuida ao dito sr. Ferrão, e que forma a base capital da minha petição de querela officiosa contra s. ex.º dada, obedecido o mesmo ex.º querelado áquella intimação e apresentando-se no indicado dia acompanhado tambem, como agora, do seu eximio patrono, apenas se abriu a sessão, e antes de se dar principio ao dito exame, passou logo s. ex.º a declarar que não reconhecia jurisdicção n'esta nobilissima camara para proceder a semelhante exame nem a acto algum do processo preparatorio pelo delicto de que eu querelara contra s. ex.º, e que por ser aquelle o primeiro acto para que havia sido citado, apresentava verbalmente antes de tudo a sua excepção de incompetencia, e se recusava a responder a pergunta alguma, que por ventura lhe fosse dirigida sobre o objecto do exame, para que

se não deduzisse d'ahi que s. ex.º reconhecia por esse facto a competencia d'esta camara na parte do processo em que a contestava. Acrescentando que, como quanto lhe constasse e fosse certo que esta respeitavel camara se havia pronunciado já por competente, não só para conhecer da accusação, mas tambem para formar o processo preparatorio, entendia contudo s. ex.º que essa decisão, sendo tomada sem sua audiencia, não o podia prejudicar nem privar do direito de allegar a incompetencia d'esta camara no primeiro momento que para isso se lhe proporcionasse, e por isso requereu o ex.º querelado que se mandasse sustar o dito exame, bem como todo o ulterior procedimento, e que extraordinariamente se convocasse esta respeitabilissima camara, para que, constituída em tribunal de justiça, tomasse especial conhecimento da sua excepção, e resolvesse sobre ella o que entendesse justo depois de ouvir as conclusões oraes, que n'essa occasião s. ex.º e seu douto patrono apresentariam.

Sendo eu ouvido sobre esta declaração e requerimento, respondi que impugnava a legalidade do chamamento do ex.º querelado e da sua assistencia ao acto do exame de peritos, que para aquelle dia estava marcado, e por consequencia contestava o seu direito para fazer declaração ou requerimento algum tendente a estorvar e differir semelhante exame.

Que essa diligencia fora por mim requerida para completar o corpo de delicto, porque ainda quando o ex.º querelado judicialmente confessasse, como já extrajudicialmente o havia feito, a originalidade authenticidade ou a autographia da sobredita carta, a sua confissão contudo não bastaria, segundo a lei (artigo 901.º da reforma judiciaria), para supprir a falta do corpo de delicto, e que consultando eu o artigo 903.º § 1.º da mesma reforma, onde se indicam as pessoas em cuja presença taes exames devem ser feitos, ali não via indicadas senão a do juiz, a do agente do ministerio publico, a do escrivão, as dos peritos, e as de duas testemunhas; d'onde por conclusão se tirava que a assistencia do supposto delicto a esses exames era incoherente com a lei, e portanto uma illegalidade, sem que podesse deduzir-se argumento em contrario do artigo 916.º da mesma reforma, porque esse artigo, que joga com os dois precedentes, é relativo ao acto especial da busca de papeis em casa do presumido delinquente ou de outrem, acto para o qual militam razões igualmente especiaes que mostram a conveniencia de ser a elle presente o réu quando preso ou affiançado, pois que, se para semelhante diligencia se exige a assistencia voluntaria do réu ou do seu procurador, é só para evitar que aquelle possa ter occasião de dizer depois que, se alguns papeis appareceram na casa onde se deu a busca, foi porque algum inimigo seu lá os collocou no mesmo acto da busca, e não porque antes d'ella já lá existissem, razão esta que por certo não milita para o acto do exame de peritos.

Que, não estando assim autorisado por lei a assistencia do ex.º querelado ao exame a que a proceder-se, não podia a sua excepção de incompetencia, n'aquelle momento offerida, por modo algum impedi-lo.

Que, em conformidade do artigo 774.º da reforma judiciaria, o tribunal havia de mandar responder a s. ex.º no prazo, não excedente a quinze dias, sobre a materia da accusação, á vista de uma copia de todo o processo preparatorio, e que, sendo esse, segundo a lei, o primeiro acto que tinha a praticar, era então que s. ex.º poderia, antes de responder, apresentar a sua excepção de incompetencia, quando julgasse assistir-lhe direito para revocar ainda em duvida essa materia, depois de amplamente discutida e decidida por esta camara, tão sã e circumspecta, a qual, na occasião de deliberar sobre a procedencia ou improcedencia da accusação, a poderia tomar na consideração que lhe merecesse, sem necessidade de se ordenar antes d'isso a sua extraordinaria reunião para se occupar novamente d'esse particular assumpto.

A illustrada commissão especialmente encarregada de regular os actos do processo preparatorio, depois de ouvir ambas as partes, se retirou para conferenciar, e em resultado ordenou, que se procedesse ao exame de peritos: que no respectivo auto se lançassem por teor, assim o requerimento do ex.º querelado, como a minha resposta em opposição a elle; e que opportunamente tomaria na consideração que merecesse a materia do mesmo requerimento.

Procedeu-se consequentemente ao alludido exame; mas interrompendo-se a marcha do processo preparatorio, e sem se aguardar pela occasião de o tribunal se reunir para deliberar sobre a procedencia ou improcedencia da accusação, se ordenou com effeito para hoje, não sem grande admiração minha, a sua extraordinaria convocação, a fim de novamente deliberar sobre a questão da incompetencia d'esta respeitabilissima camara para receber a minha petição de querela, e ordenar acto algum do processo preparatorio até á pronuncia, questão levantada pelo ex.º querelado, como disse, no requerimento que apresentei, e se transcreveu no auto do sobredito exame.

Tal é, dignissimos pares juizes, a verdadeira causa efficiente d'esta extraordinaria sessão, e a especialidade do assumpto a que ella foi dedicada.

Mas pelo que venho de expor n'este meu resumo, bem que fiel relatorio, parece-me ter já sufficientemente manifestado o meu individual juizo acerca da legalidade de tão singular convocação.

Sim, sr. presidente, e integerrimos julgadores, embora muito me peze diz-lo, eu a considero contraria á lei, e como tal nulla em seus effeitos; porque nullo são os actos praticados contra as leis e direito, segundo o artigo 841.º da reforma judiciaria, e os precedentes alvarás de 11 de junho de 1765 e 26 de setembro de 1769, com os quaes harmonisa a lei jubemus cod. de sacros. eccles. *Nulius est momenti quod contra jus profertur*.

E por dois capitais fundamentos a reputo em opposição á lei.

O primeiro é porque a novissima reforma judiciaria no capitulo 6.º do titulo 18.º, mandando observar nos processos d'esta natureza pelo artigo 4.º da lei regulamentar de 15 de fevereiro de 1849, combinado com o capitulo 5.º do titulo 19.º da mesma reforma, não admite a pessoa do querelado, nem outrem por elle, a allegar ou requerer coisa alguma em seu proveito antes da ultimação do pro-

cesso preparatorio, e só, depois d'elle findo, é que lhe permite allegar e requerer por escripto o que se lhe offerecer, no momento de lhe ser remetida a copia de todo o processo preparatorio, para sobre elle responder nos termos do artigo 774.º da citada reforma, resposta que não lhe é dado sustentar oralmente no tribunal, assim como ao ministerio publico não é dado sustentar a sua, na sessão em que o tribunal deliberar sobre a procedencia ou improcedencia da accusação: o que se entende a respeito dos crimes ou erros de officio, commettidos no exercicio das respectivas funções, pois que, em relação aos crimes commettidos fóra do exercicio d'ellas, não é permitido ao querelado allegar ou requerer, nem por escripto, quanto mais oralmente, cousa alguma de seu direito, antes de o tribunal proferir a sua decisão sobre a procedencia, ou improcedencia da accusação, como se deixa claramente ver do capitulo 5.º do titulo 18.º da indicada reforma.

Donde se segue, que a presente reunião do tribunal, para especialmente deliberar sobre um requerimento do ex.º querelado, e admissão do mesmo digno par a sustenta-lo por si proprio, e por seu doutissimo patrono n'este respeitavel tribunal, não se compadece com a ordem excepcional do juizo marcada na lei para os processos d'esta natureza; ordem que, por ser de direito publico, como é sabido, não pôde ser alterada por juiz ou tribunal algum, nem mesmo a aprazimento das partes.

O segundo fundamento, por que eu reputo esta reunião do tribunal por contraria á lei, procede do objecto, ou fim, a que ella é destinada.

Sem duvida, o fim d'esta extraordinaria reunião, foi, como ha pouco disse, para o tribunal tomar conhecimento da excepção de incompetencia opposita pelo ex.º querelado, e resolver sobre ella o que lhe parecer justo em presença das conclusões oraes, assim de s. ex.º, e do seu digno advogado, como das do ministerio publico.

Como poderá contudo esta camara, tão séria e grave, occupar-se outra vez d'essa materia, aliás importante, se para desvanecer as graves duvidas, que a seu respeito haviam suscitado alguns dos dignos pares na occasião em que foi aqui apresentada e lida a minha petição de querela, esta mesma respeitavel camara foi expressamente convocada para conhecer e deliberar sobre semelhante assumpto, e se, depois de uma larga e debatida discussão de seis horas, em que de parte a parte se expenderam as mais valentes razões pró e contra a sua competencia para o preparatorio do processo até á pronuncia, decidida a final por uma consideravel maioria a favor da sua competencia?

Não terá porventura uma decisão assim tomada o verdadeiro cunho da reflexão, e madureza, para a tornar no mais subido ponto respeitavel? ou poderá algum attribuir-lhe o vicio da precipitação, para se presumir que foi dada sem conhecimento de causa, e se considerar por esse motivo nulla e revogavel? não de certo, não é de suppor que haja quem sinceramente lhe assaque esse defeito, e se abalance a tentar por esse lado vulnera-la.

Os dignos pares juizes haviam estudado com antecipaçao a materia, discutiram-na largamente em sessão publica, formaram a sua convocação a respeito d'ella, á vista das oppositas razões que se expenderam, e por fim decidiram-na, por uma grande maioria, no sentido que já disse. Nada falta por consequencia a esta decisão, proferida em pleno tribunal, para a sua inteira validade e irrevocabilidade.

Mas supponhamos ainda, *argumentandi modo*, que ella era revogavel por algum principio, como operar-se a sua revogação por meio de um mero requerimento do ex.º querelado, e das conclusões oraes de s. ex.º e de seu doutissimo advogado, quando é corrente em direito, que os accordãos, quer interlocutorios, quer definitivos, dos tribunaes judiciais não podem ser revogados pelos proprios tribunaes, que os proferiram (salvo por concessão de revista) senão por meio de embargos, e não por simples petições, segundo o decreto de 19 de novembro de 1724, e que em conformidade do artigo 717.º da reforma judiciaria, e do artigo 13.º da carta de lei de 19 de dezembro de 1843, não são admissiveis hoje nos feitos crimes outros embargos mais, que os de declaração, quando os accordãos contem alguma obscuridade ou ambiguidade, mas não embargos, que offendam na sua essencia ou substancia a decisão dos mesmos accordãos?

Por estes fundamentos pois, que comportavam e demandavam sem duvida muito maior desenvolvimento, mas que eu de proposito reduzi a termos breves, para me não tornar prolixo, e fastidioso, parece-me ter convenientemente mostrado a illegalidade d'esta convocação extraordinaria do tribunal, por quanto, nem a ordem do juizo n'estes processos exceptoanões, e *sui generis*, a autorisa, nem pelo fim a que é destinada, ella pôde dar resultado algum util, sendo-lhe por isso applicavel a regra trivial no fóro—*frustra expectatur casus, cujus eventus nihil operatur*.

Mas como não tenho nas leis meio algum de a impedir, limito-me sómente a protestar contra ella, para que jámais se diga, que eu com o meu silencio a approvei, pois que as impressões dos crimes passam, mas os processos ficam para a todo o tempo mostrar a sua ordem e regularidade, ou os vicios e monstruosidades que os deturpam, e para se aferrar por elles o zelo e pericia de quem na sua organização teve parte.

E não tome alguém a opposição que eu faço a este chamamento extraordinario do tribunal por temor de entrar na questão, aliás delicada, da competencia, ou incompetencia da camara dos dignos pares, no ponto relativo á formação do processo preparatorio pelos crimes em geral de que ella conhece, e em especial por este de que ora se trata; sou o primeiro a reconhecer a mediania dos meus conhecimentos, e a debilidade das minhas forças intellectuaes, comparadas com as de qualquer dos dois abalizados jurisconsultos, que vejo na minha frente, e a quem presto o mais profundo e sincero respeito, não obstante isso porém, animado pela robustez da minha convicção, sinto-me com coragem bastante para entrar n'esse debate, e expor com franqueza, e sem sobocar a minha opinião, modesta sim, mas firme e inabalavel, sobre o controvertido assumpto.

Impugna o ex.º querelado a competencia d'esta nobilissima camara para receber a minha querela, e praticar acto algum do processo preparatorio até á pronuncia; eu sustento a sua competencia.

Na sessão do dia 10 de maio ultimo vogaram n'esta respeitavel camara constituída em tribunal de justiça duas opiniões diferentes, com quanto ambas muito dignas de acatamento. Estabeleceram alguns dos sabios juizes preopinantes o principio absoluto, de que á camara dos dignos pares do reino nunca podia pertencer o preparatorio dos processos crimes, de que ella tem a conhecer como tribunal de justiça; estabeleceram outros, em sentido diametralmente opposto, que o preparatorio em taes processos lhe pertencia, sempre que o auctor do crime fosse certo, e pela qualidade da sua pessoa, ou natureza do seu cargo, lhe competisse o fóro privilegiado d'esta camara.

Eu abraço e sustento esta segunda opinião, pela qual a camara se decidiu, feita porém uma indispensavel distincção.

Quero dizer, eu entendo que a camara dos dignos pares é competente para receber a querela, e proceder a todos os actos do processo preparatorio, quando se trata de um crime individual, commettido por alguma das pessoas declaradas no artigo 41.º § 1.º da carta constitucional, uma vez que o crime seja praticado no exercicio das suas respectivas funções.

Passo á demonstração; advertindo porém que este é o meu parecer, sendo o direito constituído: á parte porém o meu juizo, se se tratasse de *jure constituído*.

Começarei por tanto por convencer o manifesto equivooco em que laboram, a meu ver, os que negam absolutamente a esta camara a competencia para o processo preparatorio em caso algum.

O artigo 41.º e § 1.º da carta constitucional quando estabelece, que é da attribuição exclusiva da camara dos pares conhecer dos delictos individuais commettidos pelas altas e preeminentes pessoas, que taxativamente especifica, não quer por certo dizer, que lhe pertence unicamente julgar os delictos commettidos por taes pessoas; a palavra conhecer, na sua accepção juridica, não exprime sómente a idea de julgar, mas pôde abranger tambem a de preparar os processos para a final os sustentar.

«O conhecimento dos crimes (diz o nosso manual Pereira e Sousa no § 13.º da prim. lnh. do proc. crim.) consiste na investigação dos delictos e no seu castigo» o que importa o mesmo que dizer, que o conhecimento dos crimes comprehende os actos necessarios para o descobrimento dos delinquentes, actos em que se encerra o preparatorio até á pronuncia, e bem assim o julgamento dos criminosos, para se lhes impor o condigno castigo.

A cada passo as nossas leis estão empregando tambem, em materia crime, o vocabulo *conhecer*, no sentido de comprehender, tanto o preparatorio, como o julgamento. Citei para exemplo os artigos 20.º n.º 5, 85.º n.º 2 e 11, combinados com os artigos 353.º e 711.º, o artigo 820.º e 822.º, combinados tambem com os citados artigos 20.º, n.º 5, e 711.º da reforma judiciaria.

E note-se bem que os dois ultimos indicados artigos da reforma, relativos aos crimes, de que o supremo tribunal de justiça conhece em primeira e ultima instancia, são a lei regulamentar do artigo 131.º § 2.º da carta constitucional, onde se commetteu áquella preeminente tribunal a attribuição de conhecer (o mesmo termo de que uso no artigo 41.º § 1.º) dos delictos e erros de officio, imputados aos seus respectivos ministros, das relações etc., e n'esses artigos os compiladores da reforma, jurisconsultos distinctos, tomando a expressão conhecer na sua verdadeira accepção juridica, não duvidaram incumbir ao mesmo tribunal o preparatorio dos processos nos crimes commettidos no exercicio das suas funções pelos magistrados sujeitos á jurisdicção d'aquelle tribunal, segundo o citado artigo 131.º § 2.º da carta.

Não é logo a palavra conhecer, de que se serve o alludido artigo 41.º § 1.º da mesma carta, uma razão convincente, para se negar á camara dos dignos pares a sua competencia, em caso algum, para o preparatorio dos processos criminaes, que privativa e exclusivamente lhe pertencem.

E se d'esse artigo se não colhe argumento seguro para sustentar tal negativa, tambem em abono d'ella nenhum mais forte pôde deduzir-se do artigo 27.º, que com tanta segurança se invoca.

Nesse artigo, como já com a maior proficiencia e fino criterio alguns esclarecidos e facundos membros d'este tribunal aqui disseram, não se estabelece a regra geral da competencia d'esta camara para os processos de que estamos tratando, pois que a regra geral está consignada no artigo 41.º § 1.º: estabelece sim uma excepção a essa regra.

Por outro; o artigo 27.º não define as raizas da competencia e jurisdicção d'esta camara, nem marca o ponto fixo em que ella compete: previne uma hypothese especial, e para essa dada hypothese circumscreve os limites, que a autoridade judicial não pôde ultrapassar.

Se algum par ou deputado, diz o citado artigo (e note-se que não falla das outras mais pessoas mencionadas no artigo 41.º § 1.º, de cujos crimes a camara dos pares tambem conhece), for pronunciado, o juiz, suspendendo todo o ulterior procedimento, dará conta á sua respectiva camara, a qual decidirá se o processo deve continuar etc.

Quer isto dizer: quando se der o caso de se abrir em qualquer juizo um conhecimento summario para se descobrir o verdadeiro auctor ou auctores, socios ou cúmplices de um delicto, e se, por se mostrar sufficientemente indicado, for pronunciado algum par ou deputado, o juiz não poderá, depois da pronuncia, ordenar contra elles mais procedimento algum, e se limitará a remetter o processo da culpa á camara respectiva para os subsequentes effeitos.

É exactamente o mesmo que acontece com os militares, quando são pronunciados no juizo civil por um crime igualmente civil, commettido depois do assentamento de praça, e que não for da natureza daquelles em que os militares perdem o privilegio do fóro (regimento de 1 de junho de 1678, § 8.º, alvará de 21 de outubro de 1763, §§ 5.º, 7.º e 8.º, aviso de 7 de março de 1771, etc.).

E o mesmo que se pratica tambem com os magistrados judiciais, e do ministerio publico, a respeito dos crimes commettidos fóra do exercicio das suas funções (artigo 1004.º e outros correspondentes da reforma judiciaria); com os empregados do corpo diplomatico (artigo 131.º § 2.º do codigo com-

mercial); e com qualquer outro pronunciado, que tenha por lei for privativo.

Mas, porque as citadas leis figuram a possibilidade de duas pessoas privilegiadas serem pronunciadas, em dadas circunstâncias, pelas autoridades judiciais, poderá alguém, segundo a boa lógica, e são princípios de hermenêutica jurídica, afotamente avançar, que essas leis firmam o princípio absoluto, de que só as autoridades judiciais do lugar, onde foram cometidos os crimes por essas pessoas privilegiadas, é que pertence a formação do processo preparatório até a pronúncia, e que em caso algum ella pôde pertencer ao juiz privativo onde os delinquentes têm de ser julgados?

Não se rebelam por ventura contra esse princípio, em relação aos crimes civis, cometidos por militares, o alvará de 4 de setembro de 1765, o regulamento de 21 de fevereiro de 1816, e outras leis análogas? (Prática crime do foro militar a paginas 32 e 92; annaes da antiga sociedade jurídica de Lisboa n.º 2 de 1835 a pagina 24; e n.º 4 a folhas 89; o conselheiro Netto, nota n.º 5 do artigo 1026.º da reforma judiciária).

Não resistem do mesmo modo a essa proposição absoluta, em relação aos crimes dos magistrados judiciais e do ministério publico, os artigos 771.º usque 775.º, 820.º, 822.º e 1240.º da citada reforma?

E não reage finalmente contra o mesmo absoluto principio, com respeito ás pessoas de que o alludido artigo 27.º da carta faz singular menção, bem como as outras mais, especificadas no artigo 41.º § 1.º, a lei de 15 de fevereiro de 1849 no artigo 4.º, e os ultimos supra referidos artigos da novissima reforma judiciária, a que essa lei se reporta?

Frustanea é pois a invocação dos dois citados artigos 27.º e 41.º § 1.º da carta, só porque n'um se falla em pronúncia do juiz, e n'outro se emprega o vocabulo «conhecer» para se atacar sem limitação alguma a competência d'esta nobilissima camara quanto ao preparatório dos processos em geral nos crimes cometidos pelas pessoas sujeitas á sua jurisdição, e em especial no processo contra o ex.ºmº quelado, que está presente, por quanto d'esses artigos se não colhe argumento algum em abono de tal opinião.

E para que invocar tambem em apoio d'ella os precedentes no nosso paiz, e as praticas dos paizes estrangeiros, se precedente nenhum ha, que possa equiparar-se com o caso de se trata, e se, ainda quando o houvesse, é de todos sabido, que os precedentes não constituem direito; que a jurisprudencia dos aresos caducou, e que prevalece hoje felizmente o principio *legibus et non exemplis judicandum*? e se as praticas das nações estrangeiras, que podem ser muitas vezes aproveitaveis para os legisladores, e mesmo para os julgadores nos casos omissoes, de nada para estes inteiramente servem, quando ha no reino, como succede na materia sujeita, legislação clara, positiva e terminante, por onde lhes cumpre regular as suas decisões? (ordenação livro 1.º título 5.º § 4.º, lei de 18 de agosto de 1769).

Qual é porém a lei clara, positiva e expressa, que regula a materia controvertida?

Eu vou declara-la, e á face d'ella demonstrar, que a camara dos pares, em certos e determinados casos, é competente, e n'outros incompetente, para os actos do processo preparatório nos crimes de que toma conhecimento.

A lei a que alludo é a de 15 de fevereiro de 1849, que foi de proposito promulgada para regular a execução do artigo 41.º § 1.º da carta constitucional.

Ordena essa lei no artigo 4.º «observar-se-ha n'estes processos (isto é, os que se formarem em consequencia dos delictos, de que esta illustre camara conhece constituída em tribunal de justiça) observar-se-ha, digo, em taes processos, em tudo o que for applicavel, o que se acha estabelecido na novissima reforma judiciária, e mais legislação em vigor, para o julgamento dos crimes e erros de officio, de que conhece o supremo tribunal de justiça em primeira e ultima instancia.

Consultada a reforma judiciária no logar respectivo, que é o capítulo 5.º do título 19.º, e que ficou por consequencia fazendo parte da indicada lei, vê-se que ali se faz uma essencial distincção, com relação aos crimes cometidos pelos juizes e membros do ministério publico, sujeitos á sua jurisdição, entre crimes cometidos no exercicio ou fóra do exercicio das suas peculiares funções.

Quanto aos primeiros manda no artigo 821.º seguir a forma de processo estabelecida no capítulo 5.º do título 18.º da mesma reforma; e quanto aos segundos manda observar a forma do processo ordenada no capítulo 6.º do citado título.

A forma do processo marcada no capítulo 5.º do título 18.º para os crimes de que as relações tomam conhecimento, perpetrados pelos juizes de direito e delegados do ministério publico perante elles, fóra do exercicio das suas funções, consiste na distribuição da querrela dada, e do processo preparatório formado no juizo respectivo da primeira instancia, nos termos do artigo 1228.º e §§ da reforma judicial; no procedimento de alguma solemnidade, ou diligencia que no dito preparatório falte, descendo para esse fim os autos ao juizo inferior; na deliberação do tribunal sobre a procedencia ou improcedencia da accusação, e no subsequente julgamento, no caso de o tribunal julgar a accusação procedente.

Outra é porém a forma estabelecida no capítulo 6.º do título 18.º para os processos pelos crimes cometidos pelos juizes de direito e delegados, na gerencia das suas funções; pois que esses processos são instaurados *ab initio* nas relações: ali é que se dá a querrela, que se fóra o corpo de delicto, se inquiram as testemunhas do summario, e se fazem todos os mais actos do processo preparatório, observando-se no mais o que se acha determinado no capítulo 5.º

Toda a vez, pois, que alguma das pessoas, designadas no artigo 41.º § 1.º da carta constitucional, commetter um delicto individual, cujo conhecimento exclusivamente pertença á camara dos dignos pares do reino, e se quizer saber onde se ha de dar a querrela, e formar o processo preparatório até a pronúncia, não ha mais que recorrer á distincção feita nos logares da reforma judiciária, a que a lei de 15 de fevereiro de 1849 no artigo 4.º se reporta.

Se o delicto foi committido fóra do exercicio das funções, a querrela e o processo preparatório até a pronúncia tem logar no juizo respectivo da primeira instancia; mas se o foi no exercicio das funções, a querrela e todos os actos do processo preparatório têm logar n'esta respeitavel camara, sem que n'isso se dê a menor incompatibilidade, assim como a n'isso ha no supremo tribunal de justiça, e nas relações judicias, onde varios casos têm havido em que a lei ha sido d'esta forma cumprida, sem o menor embargo ou difficuldade.

Perguntar-se-ha porém, objectando: mas como fazer-se a distincção de crimes no exercicio, e fóra do exercicio das funções, quando alguma das pessoas mencionadas no artigo 41.º § 1.º da carta constitucional não occupar ao tempo da perpetração do crime cargo algum publico?

A resposta é facil. Só em algum dos membros da familia real se pôde dar essa hypothese: mas, dada ella, com essa pessoa não exerce cargo algum publico, a querrela e o processo preparatório devem necessariamente ter logar no juizo da camara, em

de o delicto foi committido, ou seja porque este não pôde deixar de ser considerado como alheio das attribuições de algum munus publico, para se lhe applicar a disposição do artigo 821.º da reforma judiciária; ou porque, entrando na ordem geral dos crimes, se lhe deve applicar a lei commun regularadora do processo até a pronúncia (o que importa o mesmo), devendo depois d'esse ultimo acto do preparatório remetter-se o processo a esta camara para aqui se decidir se elle deverá ou não continuar, em conformidade do artigo 1003.º da reforma judiciária, e do artigo 27.º da carta constitucional.

Tal é, no meu pensar, a verdadeira e orthodoxa doutrina acerca da formação dos processos em geral pelos crimes de que esta preeminente camara toma conhecimento, e taes são os incontestaveis principios que regulam a competência d'esta camara para os actos preparatórios dos mesmos processos, segundo a legislação positiva e terminante que tenho indicado, sem necessidade de recorrer a precedentes, nem á pratica dos paizes estrangeiros, que para o nosso não tem applicação alguma, nem servem senão para confundir, em vez de esclarecer a questão.

Resta-me agora mostrar, á face d'essa mesma doutrina e principios, a competência d'esta camara, para proceder aos actos preparatórios do processo especial, relativo ao digno par o sr. Ferrão.

O delicto por s. ex.ºmº committido, e em que assenta a minha petição de querrela, consiste na violação da ordenação do livro 3.º título 28.º § 2.º e mais leis apontadas, pelo facto de haver escripto, e dirigido ao juiz de direito da comarca de Felgueiras a carta, que já aqui se leu, e está junta ao processo, na qual s. ex.ºmº, sendo, como incontestavelmente é, uma pessoa poderosa em razão dos dois elevados cargos que occupa de digno par do reino, e de conselheiro do supremo tribunal de justiça, descobriu a sua opinião sobre uma questão judicial pendente entre partes, a quem não era até então suspeito, e empregou todos os seus esforços intellectuaes para mover o dito juiz a reformar um seu despacho, em favor de individuos que se achavam por elle pronunciados por um crime soberanamente grave, e revoltante.

Tendo eu, pois, em descargo do meu dever, marcado nos artigos 870.º e 917.º § 1.º da reforma judiciária, bem como no artigo 1.º do decreto de 10 de dezembro de 1852, e no artigo 2.º da carta de lei de 18 de agosto de 1853, de querrela do digno par o sr. Ferrão por este criminoso facto, ao qual a citada ordenação fulmina a pena de suspensão por tempo illimitado (até mercê de El-Rei), posto que hoje não excedente a tres annos, pela disposição do artigo 44.º do código penal em vigor; e pensando seriamente qual o juizo onde o ministério publico devia apresentar a sua petição de querrela, decidi-me sem a menor hesitação a apresentá-la em mesmo n'esta respeitavel camara, por entender, como entendo ainda, que o mencionado delicto foi realmente committido pelo ex.ºmº quelado no exercicio, e não fóra do exercicio das suas funções de par e juiz simultaneamente, aliás em teria mandado dar a querrela pelo respectivo delegado do procurador regio no juizo da primeira instancia criminal d'esta cidade, em cujo districto o delicto se devia suppor committido; respeitando assim os principios geraes da competência que acabei de expender.

Por que razão, porém, reputiei, e reputo ainda o delicto do ex.ºmº quelado, como praticado no exercicio das suas funções de par e de juiz?

Eu vou explicá-lo segundo os principios theoreticos e praticos de jurisprudencia criminal, e eis-me consequentemente chegado á parte final, e á mais interessante por certo da minha allegação.

Os crimes ou delictos, isto é, os factos voluntarios, declarados puniveis pela lei penal, segundo a definição dada no artigo 1.º do código penal, ou são taes, como vv. ex.ºmº sabem, e todos comprehendem, que offendam o direito geral e commun a todos os cidadãos, e por isso podem ser committidos por um ou mais individuos de qualquer ordem, classe ou condição que seja; ou taes que offendam somente o direito especial, restricto a uma fracção dos individuos que formam a communhão geral do estado, e por isso não podem ser praticados senão por pessoas pertencentes a essa fracção especial; e d'aqui vem a obvia e racional divisão de crimes geraes (ou communis) e especiaes, como reconhece o código penal nos artigos 15.º e 16.º § unico.

Exemplifico. O homicidio, o ferimento, o furto, o roubo, o perjurio, etc., são crimes geraes ou communis, porque podem ser committidos por qualquer pessoa indistinctamente, e por isso a lei a respeito d'esses crimes se exprime sempre d'este modo «qualquer pessoa que—tudo o individuo que—matar, ferir, furtar, roubar, perjurar, etc., soffrerá tal pena.

Os crimes, porém, de deserção, insubordinação, etc., são especiaes, por serem peculiares da classe militar: a prevaricação, a revelação do segredo, sabido em razão do emprego; o exercicio de algum cargo publico, sem previo juramento, ou depois da demissão ou suspensão; a peita, a conculção, o peculato, etc., são tambem crimes especiaes, por serem privativos da classe geral dos empregados publicos; passar um facultativo um attestado falso de doença para isentar algum de qualquer serviço publico, recusar-se a prestar o seu officio em caso urgente, etc., são ainda crimes especiaes, por serem restrictos aos que exercem funções clinicas, etc.; e por isso as leis, em relação a estes e outros crimes especiaes, usam da expressão restrictiva «todo o militar que—qualquer empregado publico que—todo o facultativo que—tal crime commetter, etc.

Se os crimes especiaes, contudo, forem peculiares dos individuos que pertencem a um gremio, corporação, ou classe particular, a qual faça parte, ou forme uma secção especial de uma classe geral, esses crimes são duplicadamente especiaes, ou especiaesissimos.

Taes são, *verbi gratia*, na ordem dos crimes militares, os que respeitam aos commandantes dos corpos, aos governadores de fortalezas e praças de armas, etc.; na ordem dos crimes dos empregados publicos, os que privativamente pertencem aos empregados do corpo diplomatico, aos juizes, aos escriptaes judicias, aos carcereiros, etc.; na ordem dos crimes ecclesiasticos os que são igualmente relativos aos ecclesiasticos constituídos em autoridade, etc.

Ora, feita esta precisa distincção de crimes, facil é saber o que, segundo a philosophia do direito, se deve entender por crimes de juizes, ou de outros empregados publicos, committidos no exercicio das suas funções, ou fóra do exercicio d'ellas; entendendo-se necessariamente por crimes, praticados na gerencia de suas funções, todos quantos forem privativos da corporação ou classe a que os delinquentes pertencem; e por committidos fóra da gerencia das suas funções, os que não tiverem com estas relação alguma, e forem geraes ou communis á universalidade dos cidadãos.

Assim, por exemplo, se um juiz commette um crime de sedição, motim, bulra, veneficio, duello, contrabando, e outros similhantes, consideram-se taes crimes praticados fóra do exercicio das suas funções, porque nenhuma ligação têm com as funções proprias do cargo de juiz, mas são communis a todo e qualquer individuo em geral.

Labora, portanto, em manifesto engano quem se persuade de que, por crimes committidos por algum servidor do estado no exercicio ou fóra do exercicio das suas respectivas funções, somente se consideram aquelles, que taes delinquentes praticam na occasião de estar, ou não estar desempenhando alguma das attribuições do seu cargo; pois que factos ha verdadeiramente criminosos e puniveis, que não podem ser qualificados como committidos no exercicio das suas officiaes funções, como quanto praticados no momento de estar effictivamente funcionando; e outros *vice-versa*, que necessariamente se hão de qualificar como taes, embora elles tenham logar em occasião em que os delinquentes não estejam praticando acto algum do seu munus publico.

Se um juiz, por exemplo, estando no seu tribunal exercendo as funções proprias do logar que occupa, lançar mão de uma folha de papel, e escrever n'ella uma carta altamente injuriosa e offensiva a alguma pessoa, que não esteja presente, e, depois de a ler a seis ou mais pessoas, a dirigir em acto successivo á pessoa injuriada: se com animo furtivo se apoderar de um livro, de um tinteiro de prata, ou de algum outro objecto, que lhe não pertença; se propinar veneno a alguém: se for surpreendido com uma arma defeza, etc., nenhum de critério juridico dirá, que taes delictos, embora praticados em similhante occasião e logar, são, no sentido da lei, committidos no exercicio das funções judicias.

Da mesma sorte, se um juiz, que exerce jurisdição orphanologica, se dirigir clandestinamente a casa de uma orphã menor, sujeita como tal á sua autoridade, e commetter um attentado contra o seu pudor: se, á similhança d'este, praticar outro algum facto punivel, em manifesta transgressão dos deveres do seu cargo, embora no momento de o executar não esteja exercendo alguma das funções, que lhe são proprias, tambem ninguém de critério juridico deixará de reconhecer similhantes crimes como praticados no exercicio das funções judicias.

Ora tendo eu assim explicado por principios, e esclarecido com figurados exemplos, o que na censura de direito se deve entender por crimes committidos no exercicio ou fóra do exercicio das funções, por individuos que occupam algum cargo publico, resta examinar agora a qual das duas especiaes pertence o crime sobre que assenta a minha officiosa querrela contra o digno par, e conselheiro do supremo tribunal de justiça, o sr. Ferrão. Segundo a doutrina que tenho estabelecido, é claro que elle não pôde deixar de ser considerado como committido na gerencia das funções de juiz, e de par do reino, por ser peculiar das pessoas que tño elevados cargos exercem—ter com os deveres, que lhe são inherentes, uma estreita e intima ligação,—e por não ser commun a todos os cidadãos em geral.

E, sendo isto assim, como parece incontestavel, é claro, que a querrela, bem como os subsequentes actos do processo preparatório, somente podem ter logar perante esta respeitavel camara, em conformidade do artigo 4.º da lei de 15 de fevereiro de 1849, combinada com o artigo 822.º, e este com o artigo 771.º da reforma judicial.

Em conclusão, pois, espero que esta respeitabilissima camara, constituída em tribunal de justiça, reconhecendo comigo a illegalidade d'esta extraordinaria convocação, se pronunciará contra ella, pelos fundamentos que expendi, declarando que não toma conhecimento do requerimento do ex.ºmº quelado; mas, quando o tome, desprese a opposta excepção de incompetencia, ratificando assim a sua primeira decisão a tal respeito.

Tenho concluido.

O sr. advogado *Pinto Coelho*:—peço a v. ex.ºmº se digno mandar ler o accordo d'este tribunal sobre a questão da competencia, e em seguida mandam ler tambem a acta da sessão em que eu annunciei a excepção de incompetencia, e requeri a reunião do tribunal. Pedia igualmente a v. ex.ºmº que quizesse mandar vir da secretaria, a fim de ler-se, a acta da sessão da camara dos dignos pares do reino do dia 10 de maio ultimo.

O sr. *Presidente*:—serão satisfeitos os desejos do sr. advogado. O escripto faça a leitura das peças indicadas por s. s.º

O sr. *Escrivão*:—leu o accordo, o auto, e a acta da sessão do dia 10 de maio, que são do teor seguinte:

ACCORDÃO

Accordam os dignos pares do reino constituídos em tribunal de justiça que, em vista do artigo 41.º da carta constitucional, se julgam competentes para conhecer da querrela apresentada pelo conselheiro procurador geral da coroa contra o digno par, Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão; não somente quanto ao julgamento do mesmo digno par, mas para todos os actos do processo preparatório.

Sala das sessões, 10 de maio de 1860.—Visconde de Gouveia, relator=Marquez de Vallada=Visconde de Benagazil=Conde de Mello=F. S. Margochio=Visconde de Ovar=João de Almeida Moraes Pessanha=Barão da Arruda (vencido)=Thomás de Aquino de Carvalho (vencido)=Conde do Bomfim (vencido)=Visconde de Balsemão=Barão de Porto de Moz (vencido)=Conde da Ponte=Marquez de Ponte de Lima (vencido)=Julio Gomes da Silva Sanches (vencido)=Joaquim Larcher=Conde da Arrochella (vencido)=Conde do Farrobo (vencido)=Visconde de Castro=Felix Pereira de Magalhães (vencido)=D. Pedro Pimentel de Menezes Brito do Rio=Visconde de Castellões=Visconde de Campanha=Marquez de Niza=Visconde de Athoguia=Conde da Ponte de Santa Maria (vencido)=Antonio de Macedo Pereira Coutinho (vencido)=Conde do Sobral=Conde de Azinhaga=Conde de Peniche (vencido)=Conde de Mesquitella=Marquez das Minas=Marquez de Fronteira=Conde de Vimioso=Marquez de Ficalho=Marquez da Ribeira Grande=Visconde de Formos de Algodres (vencido)=D. Carlos Mascarenhas=Conde de Linhares=José Maria Eugenio de Almeida.

AUTO

Aos 19 dias do mez de 1860, n'esta muito nobre e leal cidade de Lisboa, na sala das sessões do tribunal de justiça dos pares do reino, estando presentes os ill.ºmºs e ex.ºmºs srs. visconde de Laborim, presidente do mencionado tribunal; visconde de Gouveia, relator; visconde de Castro, conde de Peniche, visconde da Borralha, José Maria Eugenio de Almeida, João de Almeida Moraes Pessanha, e Joaquim Larcher, membros da commissão eloita pelo tribunal na sua sessão de 10 do corrente, o conselheiro procurador geral da coroa, Antonio Pedro Barreto Saldanha, Antonio de Abranches Coelho, e José Maria Rodrigues Grillo, tabellães; Manuel Maria Bordinho Pinheiro, e Antonio de Moraes Correia de Sá, empregados da secretaria da camara dos dignos pares, testemunhas, sendo ordenado pelo ex.ºmº sr. presidente a entrada do ill.ºmº e ex.ºmº sr. Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão, o qual foi por mim introduzido na sala do tribunal, e acompanhado do seu patrono, o dr. Carlos Zeferino Pinto Coelho, declarando em seguida o sr. presidente que ia proceder-se á formação do auto. O sr. relator observando que todos estes actos preparatórios até a pronúncia devem ser secretos, ponderou a conveniencia de s. ex.ºmº sr. presidente ordenar a saída de todas as pessoas estranhas ao acto que se ia praticar. O sr. Ferrão, pedindo venia, oppoz-se a que o acto fosse secreto, afirmando e allegando que pelas leis, de que fez leitura, estes actos devem ser publicos. O patrono do sr. Ferrão expoz que, ou-

vindo o sr. relator requerer que do tribunal saíssem todas as pessoas que não houvessem de tomar parte no auto de corpo de delicto, segundo a lei commun, se apressava a fazer um requerimento sollemne nos termos que passava a expor. Que da contrafé, que se deixara ao ex.ºmº réu, o digno par Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão, constava que por ordem do ex.ºmº visconde de Gouveia, na qualidade de relator do tribunal de justiça dos pares do reino, o ex.ºmº réu era chamado hoje a esta sala para na presença d'elle, e com intervenção d'elle se proceder a exame sobre uma carta, que o mesmo ex.ºmº réu havia escripto ao juiz de direito de Felgueiras, a fim de sobre esse facto se formar corpo de delicto, e se dar seguimento a uma petição de querrela apresentada pelo sr. procurador geral da coroa. Que o ex.ºmº réu, comparecendo effictivamente n'esta sala, não pôde deixar de declarar, como effictivamente declara, que não reconhece jurisdição no digno par que o mandou citar, e que só por deferencia, e para fazer este requerimento verbal é que compareceu. Que entende que o tribunal dos pares não tem jurisdição para por si, nem por outrem mandar proceder á formação de qualquer corpo de delicto, nem outro algum acto de processo preparatório. Que se o tribunal dos pares não tinha jurisdição para esse acto, muito menos a pôdia delegar na illustre commissão que se acha reunida. Que esta excepção de competencia não pôde elle, advogado, deixar de apresentar já, e antes de todo o procedimento, porque do contrario se poderia inferir, que o ex.ºmº réu consentia n'um tribunal, que aliás reputa incompetente. E que formando esta excepção uma questão previa, elle, advogado, requeria, em nome de seu ex.ºmº constituinte, ao ex.ºmº presidente do tribunal, que, sobre-estando-se em todo o procedimento, fosse convocado o tribunal dos pares, e se designasse o dia em que o tribunal, ouvidas ali as partes, deliberasse como for justo. Que lhe constava que o tribunal tinha já deliberado sobre o ponto a requerimento de algum, ou de alguns de seus membros. Que elle, advogado, porém demonstraria, com a lei, e com as precedentes, que essa decisão, tomada sem audiencia do ex.ºmº réu, não faz direito contra este, nem o impede de suscitar de novo essa questão, e de provocar de novo sobre ella uma nova decisão. O que na hypothese era de tanto maior justiça, quanto é certo que n'aquella sessão foi ouvido o sr. procurador geral da coroa, que sustentou a competencia do tribunal; e não foi ouvido nem chamado o ex.ºmº réu. Que por isso insistia no requerimento que fazia ao ex.ºmº presidente, para que sobre-estando-se no acto, se desforasse ao tribunal dos pares a decisão d'esta questão previa. E que elle, advogado, se reservava para n'essa occasião, e perante o mesmo tribunal, agitar a questão das suspensões, quer espontaneas e voluntarias, quer forçadas, porque entende que esse ponto só pelo tribunal pôde ser decidido, e que é previa e preliminar a propria nomeação da commissão e delegação, se houver logar a ella; bem como protesta n'esse acto, e segundo convier aos interesses do ex.ºmº réu, provocar a questão de competencia do processo se a decisão d'ella se tornar precisa. O sr. procurador geral da coroa, sendo ouvido acerca do requerimento do ex.ºmº quelado, disse que se oppunha, como fiscal da lei, a similhante requerimento, não só porque o acto do exame por tabellães, a que ia proceder-se para complemento do corpo de delicto, não comportava, segundo o artigo 303.º § 1.º, combinado com o 1001.º da reforma judicial, a assistencia do mesmo sr. quelado, para quem o processo preparatório era secreto até ao momento de ser mandado responder nos termos do artigo 774.º da citada reforma, á face de uma copia de todo o dito processo preparatório sem que faça em contrario o artigo 916.º da mesma lei, o qual regula para um caso especial, em que não estamos; mas tambem porque o alludido requerimento se dirige a provocar uma reconsideração, e nova deliberação do tribunal, sobre o ponto da sua competencia ou incompetencia, para o preparatório d'esta causa; assumpto este, a respeito do qual, depois da mais ampla e publica discussão entre os juizes presentes, tomou com pleno conhecimento uma decisão definitiva, para revogar a qual se não offerece legitima causa. O ex.ºmº sr. Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão disse, que via que se considerava aquella deliberação acto que se não podia interromper; que ha duas formas de processo, uma para factos committidos nas funções publicas, outra para factos particulares fóra d'ellas, e que vendo marchar o processo fóra da devida senda, contra isto tem direito e ha de resistir; que o sr. procurador geral da coroa sabia não haver nada arbitrario sobre o que pertence aos membros do supremo tribunal de justiça, e lendo o artigo 14.º da reforma judicial e interpretação d'elle exarada no capítulo 13.º, artigo 384.º, § 3.º do código penal, acrescentava que tudo quanto for fóra daquella letra não é legal, e que tudo quanto for fóra dos litigios e requerimentos são actos individuaes, e que o sr. procurador geral da coroa laborava n'um erro confundindo os actos officiaes com os individuaes; e concluindo dizendo que a questão de competencia vae mais longe, e que a parte preparatória não pôde competer ao tribunal de justiça dos pares, que ratificava portanto o seu requerimento, e que pedia por dignidade do tribunal aceite a declinatoria da competencia. O sr. presidente expoz, que em vista da questão que ultimamente se levantára, julgava dever-se convocar o tribunal, e lavar-se um auto do que se passou até aqui. O sr. relator pediu uma conferencia secreta, da commissão e do sr. presidente, sobre este objecto para se tomar uma deliberação. Verificou-se esta: regressados á sala da audiencia, o sr. relator insistiu que se cumprisse a deliberação da commissão, com referencia á não publicidade d'este acto. O patrono expoz que não lhe consta haver lei que, sobre a apresentação de excepções de competencia determine que o acto tenha de ser secreto. O sr. procurador geral da coroa disse, que para o corpo de delicto não era precisa a presença do réu, pois só se tratava de authenticar a sua assignatura por meio de exame de peritos. O sr. Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão disse, que n'este caso, se tratava de papel, e para haver d'este a apprehensão era preciso que ella fosse feita judicialmente. Leu o artigo da lei derivando por analogia, que sempre que se trata de um papel deve o réu estar presente, ou por si ou por procurador. E acrescentou que em todos os actos preparatórios assim feitos não ha motivo para segredo, o qual é só para que o réu se não evada, e fóra d'este caso deve ser publico; e terminou declarando que não reconhecia competencia no sr. relator, nem na delegação do tribunal, e insistiu no seu requerimento para a convocação do tribunal. O sr. José Maria Eugenio de Almeida disse, que o sr. Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão viera perante este tribunal, pelo chamamento do seu presidente, que a sua allegação fóra o requerimento que apresentara o seu advogado, e assentando-se em conferencia, que tomando-se conhecimento do requerimento se não sustasse no acto e fosse chamado o querelado para confessar se a carta era escripta pelo seu proprio punho, e não confessando se procedesse ao exame dos peritos, levando-se depois tudo ao conhecimento do tribunal, e terminou dizendo que o que restava fazer era lançar-se no auto de hoje o requerimento alludido, convidar o querelado a prestar as declarações que se lhe pedissem, e no caso de recusa proceder-se ao exame já indicado. O sr. relator renovou sua indicação invocan-

do a lei que determina que os actos preparatórios sejam secretos. Disse que aqui não havia réu determinado. Só o haveria se o processo chegasse aos termos de pronúncia; que o sr. Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão, tendo sido chamado para declarar se era seu aquelle documento; que á sua resposta, fosse qual fosse, seria escripta; que as excepções ou requerimentos que fizesse seriam escriptos tambem; mas que não era occasião n'este acto de se lhes deferir. Que a camara se tinha julgado competente por um accordo sollemne; que elle e a commissão exerciam attribuições em virtude da lei e d'aquelle accordo; que se por ventura se julgasse procedente a querrela e accusação contra s. ex.ºmº, era na contestação ao libello accusatorio que as suas excepções poderiam ser attendidas e resolvidas. E terminou rogando ao sr. presidente, que houvesse de fazer cumprir a lei e as resoluções da commissão e d'elle relator. O sr. presidente ordenou em seguida a saída da sala ás pessoas estranhas ao acto. O sr. relator, dirigindo-se ao sr. Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão, perguntou-lhe se a carta que se achava junto á petição de querrela havia sido escripta pelo seu proprio punho; e pelo réu foi declarado: que a resposta que tinha a dar á pergunta que lhe fazia o digno par visconde de Gouveia, e as declarações que tinha a fazer em relação ao facto de que se tratava, resposta e declarações que elle queria dar, e de que desde já declarava que não prescindia, as daria perante a autoridade competente. Que elle acaba de negar, por via de seu advogado, a competencia da commissão, e a do proprio tribunal dos pares, para proceder ao auto de corpo de delicto. Que n'estas circunstancias, era-lhe impossivel dar a resposta e fazer as declarações que a commissão lhe pedia; porque seria o mesmo que consentir na jurisdição de uma pessoa ou corporação, a respeito da qual acabava de declarar que nenhuma jurisdição lhe reconhecia. Que vendo-se pois impossibilitado de dar por agora a resposta e declarações que se lhe pediam; insistia pela prompta convocação do tribunal dos pares, a fim de que com audiencia das partes se provesse sobre as excepções e requerimentos apresentados. E que logo que se tomasse deliberação sobre esses pontos, elle se sujeitaria e responderia á autoridade que fosse então declarada competente. Saídos da sala o querelado e seu advogado, tendo o sr. presidente deferido o juramento aos tabellães já designados, e estando presentes as testemunhas, tambem já mencionadas, o sr. relator ordenou aos tabellães examinassem a carta que faz objecto do corpo de delicto, e declarassem, pelas confrontações a que iam proceder, se ella era ou não escripta pelo punho do querelado, o sr. Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão; e tendo os tabellães pedido alguns autographos escriptos e assignados pelo mencionado querelado, sendo-lhe estes por mim ministrados, e depois de os haverem confrontado com a referida carta, disseram: que as tres assignaturas não conferem entre si pela forma com que estão escriptas, apresentando todavia o mesmo caracter; mas comparando-as com um projecto de lei que lhes foi apresentado pelo conselheiro official-maior da secretaria da camara dos dignos pares do reino, que este declarou ser escripto e assignado pelo ex.ºmº sr. conselheiro Ferrão, acharam que tinha toda a similhança com a letra da assignatura da carta do documento numero quatro do processo, e por isso a reputam feita pelo mesmo punho do ex.ºmº sr. Ferrão. Concluido assim este acto de exame de corpo de delicto, se lavrou o presente auto, que depois de lido por mim a todos que n'elle intervieram, foi por elles assignado. E eu Diogo Augusto de Castro Constancio, do conselho de Sua Magestade, official-maior director geral da secretaria da camara dos dignos pares do reino, e escripto de tribunal, o redigi e fiz escrever e subscriver.—Visconde de Laborim=Visconde de Gouveia, relator=José Maria Eugenio de Almeida=Visconde de Castro=Joaquim Larcher=João de Almeida Moraes Pessanha=Conde de Peniche=Joaquim Pereira Guimarães=Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão=Carlos Zeferino Pinto Coelho=Antonio Pedro Barreto Saldanha=Antonio de Abranches Coelho=José Maria Rodrigues Grillo=Manuel Maria Bordinho Pinheiro=Antonio de Moraes Correia de Sá.

Da acta de 10 de maio de 1860

O digno par secretario conde de Mello leu um officio do procurador geral da coroa, dirigindo uma petição de querrela officiosa, contra o digno par Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão.

O digno par visconde de Alges fez varias ponderações, demonstrando que a camara nada tinha com a querrela intentada contra o digno par, e por isso entendia dever esta ser devolvida ao governo.

O sr. advogado *Pinto Coelho*:—o sr. procurador geral da coroa começou impugnando a competencia, ou opportunidade dos requerimentos que eu fiz a v. ex.ºmº quando se reuniu a commissão especial nomeada por este tribunal para a formação do preparatório do processo.

S. ex.ºmº firmou a sua impugnação, principalmente na circumstancia de ser secreto aquelle acto: deduzindo d'ahi que o ex.ºmº réu indevidamente fóra chamado a tomar parte n'elle, pois que nem n'elle podia ser ouvido, nem se lhe podiam receber allegações ou requerimentos allegues.

Eu, sr. presidente, poderia deixar de responder n'esta parte ao sr. procurador geral da coroa, porque é sabido que o meu constituinte não se apresentou espontaneamente, mas sim em virtude de intimação ordenada por mandado assignado pelo digno par visconde de Gouveia na qualidade de relator d'este tribunal.

E desde que o tribunal mandou, pelo seu relator, que o ex.ºmº réu fosse citado para comparecer, reconheceu por esse acto a necessidade, e o direito da apresentação d'elle.

Nem podia deixar de me causar admiração e estranheza ouvir censurar o comparecimento do ex.ºmº réu no proprio seio d'este tribunal que o mandou intimar para que viesse.

Mas eu von directamente á razão que se allega, para que se devesse fechar a porta ao ex.ºmº réu.

Diz-se que o corpo de delicto é secreto. E eu confesso que é a primeira vez em que vejo apresentar similhante idéa.

Já na sessão em que o ex.ºmº réu compareceu eu pedi ao digno par o sr. visconde de Gouveia, que me apontasse a lei que declarava secreto esse acto: mas nem s. ex.ºmº se dignou então, nem o sr. procurador geral da coroa quiz hoje tambem satisfazer a este meu pedido.

E o silencio de ss. ex.ºmºs confirma-me na opinião que sempre tive, de que o corpo de delicto não é, nem pôde, por sua natureza, ser secreto, se não nos casos especiaes em que o pudor exige, ou aconselha essa providencia especial.

E esta questão é importante, porque o acto feito em segredo contra a lei, poderia até ser atacado de nulidade por essa circumstancia.

Sr. presidente, o artigo 898.º da novissima reforma diz (leu):

Os artigos seguintes mostram o modo por que os corpos de delicto devem ser feitos, e os artigos 905.º, 906.º, 907.º e 908.º dizem o seguinte (leu).

Manda a lei por consequente que no proprio logar em que o crime foi perpetrado, se lave, podendo ser, o auto do corpo de delicto; que de nenhum modo se alterem os vestigios deixados pelo crime n'esse logar; que, quanto possivel, se evite que se afastem as pessoas que estavam presentes na occasião em que o delicto se praticou; que se

colham as informações dos *circunstanciaes*, dos *visinhos*, e de todas as outras pessoas que verosimilmente possam saber do facto; e é no fim, e em observancia, e em nome de todas estas prescripções legais, que eu ouço sustentar que o corpo de delicto deve ser secreto!

Praticamente um homicídio no meio do Rocio, manda a lei que o corpo de delicto se faça ali; que até então se conserve ali o cadáver; que se não alterem os vestígios; que o punhal se deixe estar onde está; que se não apaguem as pingas e os salpicos de sangue; que as pessoas que ali correram e ali se juntaram se não afastem; que se inquiram os circunstantes, e não só esses, senão também os visinhos, e até as pessoas de longe que saibam do facto: e apesar de tudo isto pretende a jurisprudence, que compareça, que esse acto seja secreto; que se não possa proceder a elle sem fechar as portas do Rocio, sem tomar as avenidas da praça, e sem sequestrar o local do delicto, e po-lo a coberto das vistas curiosas e profanas da plebe.

Mas onde fica o segredo do acto, quando a lei o manda fazer em lugar publico?

Onde fica o segredo, se a lei permite, e quer até que ao acto assistam os circunstantes, os visinhos, e até os de fóra?

O corpo de delicto é a verificação judicial da existencia do delicto. E se o delicto foi praticado publicamente, que preciso tem o juiz de se certificar d'isso em segredo?

Invoca-se, sr. presidente, o artigo 1001.º da novissima reforma, segundo o qual o processo preparatorio é secreto até que o réu seja preso ou afluado.

Mas o que eu nego é que o corpo de delicto faça parte do processo preparatorio.

O corpo de delicto, já eu o disse, é a existencia judicial do delicto; d'elle nasce por consequencia todo o processo crime: é a base, tanto do processo preparatorio, como do plenário: é o terreno, para assim dizer, sobre que esses dois processos são edificados: mas é antes o *motivo*, a *razão* judicial do processo, do que *parte* do processo.

Eu vou ler, sr. presidente, os artigos que justificam esta doutrina.

Feito o corpo de delicto, manda o artigo 917.º da novissima reforma, que seja communicado ao ministerio publico, para que este, no espaço de vinte e quatro horas improrogaveis, ou de a sua querela, ou lança á margem dos autos de corpo de delicto as razões porque entenda que não deve querelar.

A regra é, portanto, que o corpo de delicto precede á querela.

E onde é que começa o processo preparatorio é no corpo de delicto, ou é na querela? Diz o artigo 880.º, que começa na querela.

Logo o corpo de delicto precede o processo preparatorio, não faz parte d'elle.

Eu bem sei que algumas vezes vem a querela a juizo antes de se achar formado o corpo de delicto.

Mas esse não é o caminho regular, principalmente a respeito do ministerio publico.

É preciso não confundir a *participação* do delicto com a *querela*.

Pede a prudencia e a seriedade do ministerio publico que primeiramente se averigue judicialmente o delicto, e só depois se decida se ha, ou não, violação de lei, e se o caso é, ou não, de querela.

É a doutrina e o espirito do artigo 917.º da novissima reforma; e quem se afastar d'elle afasta-se da lei, e arrisca-se a ter depois de desandar.

Mas admitindo que a querela possa vir antes do corpo de delicto; o que de certo não está no arbitrio das partes é involver n'esse caso o corpo de delicto com o processo preparatorio, para tornar secreto o acto que a lei e o senso commun que rem que seja publico: tanto mais que o segredo, ou havia de ser illusorio, ou havia de tornar impossivel, na maioria dos casos, as averiguações que a lei manda fazer, e que são inseparaveis do acto.

Sustento, por consequente, sr. presidente, que o corpo de delicto não é secreto.

Sustento, que não havia motivo legal, para que se declarasse tal n'este processo: que muito bem o ex.º réu podia ser chamado a elle: que ainda mesmo que o não fosse, podia ali apresentar-se, como qualquer outra pessoa; e que indo ali, demais a mais, não voluntaria e expontaneamente, mas em virtude de uma intimação formal, que lhe foi feita em nome d'este tribunal, de nenhum modo se lhe pôde contestar o bom direito que elle, por si, ou por seu advogado annunciou excepções, ou fez requerimentos que necessariamente haviam de acompanhar o seu comparecimento em juizo.

E se eu vinha preparado para ouvir sustentar a improcedencia d'essas excepções e requerimentos, confesso que o que eu não esperava era que se pedisse que me fizessem emudecer.

Dito isto, sr. presidente, e sustentado, como eu entendi que devia sustentar, o direito que fica para em nome de meu ex.º constituinte requerer a convocação do tribunal para esta sessão especial; eu voto, sr. presidente, a apresentar o mais succintamente que me for possível os fundamentos porque venho pedir a este tribunal que declare nulla, completamente nulla, a decisão que tomou na primeira sessão, e que quando torne a tratar da questão de competencia, tome uma decisão diametralmente opposta á que tomou.

Sustento, sr. presidente, que a primeira decisão é nulla, porque entendendo, salvo o mais profundo respeito, que este preclarissimo tribunal se constituiu fora dos casos, em que a lei vigente permite que elle se instaure e constitua.

Sr. presidente, a primeira reunião d'este tribunal, ou para melhor dizer a constituição da camara dos pares em tribunal de justiça, em nenhum caso depende só de v. ex.ª, quer as camaras estejam abertas, quer estejam fechadas.

Legem habemus: disse o sr. procurador geral da coroa n'essa primeira sessão para justificar a legitimidade d'ella: *Legem habemus*, digo eu tambem, mas é para sustentar a preposição inversa.

É expresso no regimento interno d'esta casa, que apresentado um processo qualquer á camara dos dignos pares vá á commissão de legislação, para esta examinar se elle se acha nos termos de ser entregue e committido ao tribunal, e dar sobre o ponto o seu parecer; e que sendo o parecer affirmativo, e approvando-o a camara, então, mas só então, seja convocado o tribunal.

Esta disposição era praticavel quando as camaras se achassem abertas; como porém o não era no intervalo das sessões legislativas, veio a lei de 25 do febreiro de 1849 regular tambem essa hypothese, ordenando que n'esse caso, só podesse reunir-se o tribunal, precedendo decreto real, e ouvido previamente o conselho d'estado.

Dáqui resulta que a constituição da camara em tribunal de justiça não foi em nenhum caso considerada como negocio de expediente ordinario.

Ordenou-se positiva e expressamente que tal constituição se não fizesse, sem que fosse ordenada por deliberação da camara dos dignos pares, se esta se achasse aberta, ou por decreto real, ouvido o conselho d'estado, na ausencia da camara.

E cumpriu-se por ventura a lei n'esta parte? Não se cumpriu.

Logo o tribunal acha-se illegitimamente constituido.

A camara dos pares estava aberta quando o sr.

procurador geral da coroa lhe apresentou a sua petição de querela: e nem esse negocio foi submettido á commissão de legislação, nem houve deliberação da camara que ordenasse e autorisasse a convocação d'este tribunal.

Li mesmo em algum jornal que a camara tomára a esse respeito uma decisão negativa, e posto que a acta, que ouvi ler, não faça menção d'ella, e se devesse por isso acreditar que tal decisão se não tomou; basta que nenhuma deliberação houvesse, para que o tribunal não podesse ser convocado.

E o tribunal acha-se hoje funcionando com a mesma illegitimidade com que funcionaria, se v. ex.ª, no intervalo das sessões legislativas, o tivesse convocado sem precedencia de decreto real.

Nem esta é das faltas ou nullidades que o tribunal pôde supprir; porque o tribunal é um corpo politico, e nem é dado ao tribunal usurpar as attribuições do corpo politico, nem este pôde usurpar as attribuições do tribunal.

São corpos muito differentes; com differente caracter e organização, e decidindo por differente ordem de motivos.

E desde por tanto que a lei commetteu a decisão d'esse ponto á camara dos dignos pares, não compete ao tribunal tomá-la, nem suppril-a.

Entendo por tanto, que este tribunal deve irremediavelmente dissolver-se, até que a camara dos dignos pares decida a convocação d'elle.

E como este ponto fórma por sua natureza uma questão previa: se o tribunal deferir a este meu requerimento, todos os demais ficam prejudicados. Eu pararia aqui, se a v. ex.ª parecesse isso melhor, reservando para depois da resolução d'essa questão o desenvolvimento das outras excepções e requerimentos, se ainda houvesse lugar a elles.

O sr. presidente:—para dar fórma á marcha que se deve seguir n'esta camara, constituida em tribunal de justiça, vae praticar-se o mesmo que se faz nos outros tribunales, e portanto retiramos-nos para a sala das conferencias, a fim de ali tratarmos d'este objecto; e depois communicar-se-ha o resultado.

Retiraram-se da sala os membros do tribunal eram quatro horas; e, passado uma hora, voltaram.

O sr. presidente:—reunido o tribunal em conferencia lavrou-se o accordo, de que se vae fazer a competente communicação. Tem portanto a palavra o sr. relator visconde de Gouveia.

O sr. relator visconde de Gouveia:—faz a leitura do accordo, que é do teor seguinte:

Accordam em conferencia os dignos pares do reino constituidos em tribunal de justiça, que se julgam legalmente constituidos, e que legal e regular foi tambem a antecedente reunião, sem que fosse mister que precedesse parecer da commissão de legislação, e deliberação da camara legislativa.

Sala das conferencias, 6 de junho de 1860.—Visconde de Laborim, vice-presidente—Visconde de Gouveia, relator—Conde de Santa Maria—Marquez de Ponte de Lima, vencido—Conde de Linhares—Marquez de Ficalho, vencido—Marquez de Vallada—Marquez das Minas—Conde do Bomfim—Conde do Sobral—Visconde de Benagazil—Visconde de Castellões—F. S. Margiuchi—Visconde de Ovar—Conde de Azinhaga, vencido—Thomás de Aquino de Carvalho—Joaquim Larcher—Visconde de Balsemão—Conde de Vimioso, vencido—Marquez da Ribeira Grande—Conde da Ponte—Conde de Peniche, vencido—Barão de Porto de Moiz, vencido—D. Pedro Pimentel de Menezes de Brito do Rio—Visconde de Fornos de Algodres, vencido—Barão de Arruda, vencido—D. Carlos Mascarenhas—Felix Pereira de Magalhães, vencido—Visconde de Athoguia—Conde de Mello—João de Almeida Moraes Pessanha.

O sr. D. Carlos Mascarenhas:—como a hora já está muito adiantada, requiro que se feche a sessão, ficando adiadas para outra reunião as questões de que ainda houver de se tratar.

O sr. advogado Pinto Coelho:—eu já tencionava apresentar um requerimento igual ao que acaba de fazer o digno par, porque attento o adiamento da hora, e o cansaço que já haverá das forças do corpo e do espirito, não será talvez conveniente continuar a sessão. No entanto se v. ex.ª ainda me concede a palavra, farei em poucas palavras uma importante e essencial observação.

O sr. presidente:—tem a palavra.

O sr. advogado Pinto Coelho:—o regulamento interno d'esta respeitabilissima camara, constituida em tribunal de justiça, no seu artigo 1.º diz: «O tribunal dos pares compõe-se de tantos juizes quantos forem os pares que se apresentarem na primeira reunião do tribunal, depois de competentemente avisados por cartas convocativas, expedidas pela presidencia; as quaes serão dirigidas a todos os que tiverem tomado assento na camara, e se acharem no continente do reino, etc.»

Ora, segundo acabo de ser informado, a doutrina d'este artigo tem lugar a que se expedissem convocatorias para a sessão de hoje só aos dignos pares que compareceram na primeira sessão do tribunal.

Vejo porém do *Diario do Governo* n.º 297 de 1843, que em sessão da camara dos dignos pares de 16 de dezembro de 1843 foi revogado este artigo, sob proposta do digno par conde das Antas, que diz assim: «Propoño que seja revogado o artigo 1.º do regulamento interno da camara dos dignos pares, constituida em tribunal de justiça, pelo qual admitindo somente como juizes os pares que se apresentarem na primeira reunião do tribunal, exclue todos os outros da qualidade de juizes, privando-os assim de um direito que lhes confere a carta constitucional. Camara dos pares, 6 de dezembro de 1843.—Conde das Antas.»

Esta proposta foi enviada a uma commissão, que sem combater a doutrina d'ella, foi de parecer que na occasião em que se apresentava era inopportuna.

Mas discutido esse parecer, foi posto de parte, e approvada por grande maioria aquella proposta.

E v. ex.ª mesmo declarou, segundo vejo do mesmo *Diario*, que votára pelo principio contido na proposta, mas não pela redacção d'ella, julgando, creio eu, que o artigo do regimento era bem revogado; mas que nem por isso se podia dizer contrario á carta constitucional.

Em vista, portanto, do que fica exposto, entendo que fazem parte d'este tribunal todos os dignos pares que vierem a elle, e que todos devem ser convocados, tenham ou não tenham assistido á primeira sessão.

Na camara dos pares em França tratou-se muito d'esta questão, e quiz-se até no principio que não só fossem excluidos no tribunal todos os pares que não comparecessem á primeira sessão do tribunal, mas todos os que faltassem a qualquer das sessões seguintes.

Notou-se, porém, que procedendo-se assim, viria muitas vezes a succeder ficar o tribunal sem numero sufficiente para deliberar, com grave transtorno das partes, e quebra da justiça: que o simples impedimento de comparecer em uma sessão não devia privar o par do seu direito de julgar, nem diminuir ao réu a garantia que lhe resultava do maior numero dos seus juizes: que se havia razão para exigir que todos os que houvessem de julgar assistissem á produção e discussão das provas na discussão final, se não dava a mesma razão a respeito das sessões preliminares, que as mais das vezes nenhuma relação intima tinham com a apreciação do facto principal; e que por consequente, reservado todo o rigor para a sessão ou sessões do julgamento, se devia dispensar nas precedentes.

Foi com algumas d'estas razões, e com outras derivadas da propria letra da carta constitucional, que na referida sessão da camara dos dignos pares se combateu o citado artigo 1.º do regimento.

E tendo elle portanto sido revogado, requiro que para a primeira sessão do tribunal sejam convocados todos os dignos pares, tenham ou não tenham assistido á primeira sessão.

REQUERIMENTO
«Que a camara dos dignos pares constituida em tribunal de justiça tem estada a fazer obra pelo artigo 1.º do seu regimento, admitindo só ás sessões do tribunal como juizes os dignos pares que assistiram á primeira d'ellas, sendo excluidos todos os outros; mas que esse artigo 1.º do regimento fôra derogado na sessão da camara dos dignos pares de 16 de dezembro de 1843, em virtude de uma proposta apresentada pelo digno par conde das Antas, resolvendo então a camara, que a não assistencia de um digno par á primeira sessão do tribunal, não fosse motivo differente para elle ser excluido do tribunal e julgamento do feito proposto. Requeria portanto que se cumprisse esta resolução da camara, que prejudicou e veio substituir o que estatua o artigo 1.º do regimento.»

O sr. presidente:—não tenho duvida, porque v. s.ª acabou de dizer que ha uma opinião minha a tal respeito. E verdade que achava prudente não suscitar outra vez a materia, mas v. s.ª expoz com tanta clareza que não tenho duvida em consultar o tribunal.

O sr. advogado Pinto Coelho:—parece-me que se podia ver a acta d'esta sessão.

O sr. visconde de Balsemão:—peço a palavra.

O sr. presidente:—tem v. ex.ª a palavra.

O sr. visconde de Balsemão:—alem d'esta opinião, que referiu o digno patrono do sr. conselheiro Ferrão, parece-me que ha outra deliberação da camara, que marca qual é o numero dos membros que devem funcionar no tribunal de justiça...

O sr. advogado Pinto Coelho:—o regimento exigia que estivesse presente o numero de pares preciso para que a camara podesse funcionar como legislatura; mas a lei de 1849 declara que o tribunal pôde hoje funcionar com 17 membros.

O sr. presidente:—parece-me que não pôde haver duvida em consultar o tribunal sobre este objecto. (O sr. visconde de Gouveia:—peço a palavra.) A lei de 1849 marca o numero de membros, que são 17; mas essa lei diz tambem que todos os outros dignos pares podem compor o tribunal, e, portanto, da mesma lei se pôde tirar essa illação. Tem o sr. relator a palavra.

O sr. visconde de Gouveia:—pedia a v. ex.ª que quando haja de tomar qualquer deliberação sobre este objecto se proceda a ella com as formalidades legais, e por isso proponho que esta materia seja tratada quando a camara estiver constituida.

O sr. presidente:—uma vez que um digno par pediu a palavra e fez um requerimento ajustado com os principios da prudencia e da razão, eu consultarei a camara.

O sr. advogado:—então fica o processo adiado até essa decisão?

O sr. presidente:—parece-me que será o mais summario possivel.

O sr. Marquez de Niza:—peço a palavra.

O sr. presidente:—tem a palavra.

O sr. Marquez de Niza:—sr. presidente, eu vim hoje com a ténção de não tomar parte em deliberação alguma sem primeiro declarar que me dou por suspeito no processo do sr. Ferrão, como a lei me faculta, e estou prompto a jurar a suspeição.

O sr. D. Carlos Mascarenhas:—eu tambem me dou por suspeito.

O sr. presidente:—dou a palavra ao sr. procurador geral da coroa como fiscal da lei.

O sr. procurador geral da coroa:—em quanto ás suspeições não tenho a dizer senão que ellas são inadmissiveis no processo preparatorio crime, e que só tem lugar no processo da accusação, em conformidade do alvará de 26 de abril de 1752, citado nas portarias do ministerio da justiça de 14 de fevereiro de 1838, e de 8 de maio de 1839; disposição que abrange tanto as suspeições espontaneas dos juizes, auctorizadas pela ordenação do livro 3.º titulo 21.º § 18.º e livro 1.º, titulo 4.º § 4.º, como as offerecidas pelas partes, de que fallam em geral as citadas ordenações, e mais legislação analogá.

Por consequencia, como por ora só se trata do processo preparatorio, parece-me que não têm lugar as suspeições espontaneas dadas pelos dignos pares juizes, nem tambem as que por algumas das partes houvessem de ser offerecidas.

O sr. advogado Pinto Coelho:—o negocio das suspeições não pôde ser decidido hoje. Cumpre primeiro que se decida se devem ou não ser convocados os dignos pares que não assistiram á primeira sessão, e que por essa razão não foram convocados hoje.

E só depois é que o tribunal pôde conhecer da contestação que o sr. procurador geral da coroa faz á opportuidade das disposições. Pelo menos é o que me parece; mas v. ex.ª e o tribunal decidirão o que for mais justo.

O sr. presidente:—até creio que v. s.ª estará certo que um dos seus requerimentos versa sobre esse ponto, e parece-me que seria conveniente reservar a sua decisão para logo opportuno.

O sr. advogado:—estou de accordo.

O sr. presidente:—então dou por terminados os trabalhos d'esta sessão.—Eram quasi seis horas.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão de 14 de junho de 1860.

Os srs. visconde de Laborim; marquezes de Ficalho, de Fronteira, das Minas, de Niza, da Ponte de Lima, da Ribeira, de Vallada; condes da Azinhaga, do Bomfim, de Linhares, de Mello, de Mesquitella, da Ponte, da Ponte de Santa Maria, do Sobral, de Vimioso; viscondes de Athoguia, de Balsemão, de Benagazil, de Castellões, de Castro, de Fornos de Algodres, de Gouveia, de Ovar; barões de Arruda, de Porto de Moiz; D. Carlos Mascarenhas, F. P. de Magalhães, Margiuchi, Moraes Pessanha, Larcher, Eugenio de Almeida, Brito do Rio, Aquino de Carvalho.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 14 DE JUNHO

PRESENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTIRES

Á meia hora da tarde verifica-se, pela chamada, estarem presentes 82 srs. deputados.

O sr. presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Manda-se lançar na acta a seguinte declaração:

Do sr. Blanc (Hermigildo), de que o sr. Blanc (Veriato) tem faltado ás sessões da camara, e continuará a faltar a mais algumas por incommodo de saúde.—Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio da justiça, acompanhando mais alguns documentos pedidos pelo sr. Lopes Branco, acerca de processos crimes, etc.—Para a secretaria.

Do ministerio das obras publicas, dando os esclarecimentos pedidos pela commissão de agricultura, acerca do gado bravo.—A commissão de agricultura.

3.º Do mesmo ministerio, participando que por estarem affectos ao conselho das obras publicas os

estudos respectivos ao melhoramento da ponte do rio Silves, não os pôde por ora enviar á camara, como requerer a commissão de obras publicas.—A commissão de obras publicas.

4.º Do ministerio da guerra, devolvendo, com as informações que lhe foram pedidas, os requerimentos dos alferes de caçadores n.º 5, Manuel José Ribeiro, e Jacinto Heliodoro da Veiga.—A commissão de guerra.

5.º Do sr. visconde de Torres Novas, acompanhando o seu diploma de deputado ás cortes; e participando que forcejará para se apresentar no parlamento o mais breve que lhe seja possivel.—A commissão de poderes.

6.º É tambem remettdo á commissão de poderes o diploma do sr. Joaquim José Gonçalves Matos Correia, eleito deputado por Macau.

7.º Do secretario geral interino da academia das sciencias, acompanhando quatro exemplares do 2.º fasciculo do 1.º tomo dos Monumentos da Historia Patria, sendo tres para a mesa d'esta camara, e um para a bibliotheca.—Deu-se-lhes o destino competente.

8.º Uma representação de varias cidadãos de Evora, pedindo que se prorogue o prazo da capitalisação auctorizada pela carta do lei de 28 de fevereiro de 1851.—A commissão de fazenda.

9.º Das religiosas dos conventos da cidade de Vianna do Castello, contra a desamortisação dos bens das freiras.—As commissões ecclesiastica e de fazenda.

10.º Da camara municipal de Felgueiras, pedindo a approvação do projecto de lei do sr. Cabral Noronha, sobre o recrutamento.—As commissões de administração publica e de guerra.

O sr. Placido de Abreu:—manda para a mesa um requerimento, pedindo esclarecimentos pelo ministerio da justiça.

O sr. Faria Guimarães:—renova a iniciativa de um projecto de lei.

O sr. Domingos de Barros:—manda para a mesa uma representação com quinhetas e noventa e oito assignaturas de habitantes da cidade de Braga, que unem os seus votos aos d'aquelles que assignaram a representação apresentada n'esta camara pelo illustre deputado o sr. Cruz Faria, em sessão de 26 de abril proximo passado, pedindo a conservação dos conventos das religiosas com todo o seu patrimonio existente, e a revogação das leis que prohibem as profissões religiosas.

Manda igualmente para a mesa uma representação assignada por duzentos e setenta e cinco habitantes dos Arcos de Val de Vez, districto de Vianã, que fazem igual pedido, acrescentado com o de que seja revogado o decreto de 9 de janeiro de 1857, que priva as religiosas dos juros dos seus padroes da divida publica.

Convenço de que os institutos religiosos de um e outro sexo não são convenientes, mas muito necessários á santa religião que professamos e ao estado, partilha as opiniões dos signatarios, associa-se ao seu pedido, e faz votos porque estas representações sejam attendidas pelos mandatarios da nação.

Aproveita esta occasião para chamar a attenção das illustres commissões de guerra e ecclesiastica, sobre a necessidade de com brevidade serem dados os pareceres a respeito dos projectos dos conventuados de Evora Monte e dos egressos, apresentados n'esta camara pelos illustres deputados, seus amigos, os srs. Pinto Coelho, e Cruz Faria, e que teve a honra de assignar.

A sessão vae já adiantada, e é necessario que se resolva este negocio; porque é de toda a justiça, é mesmo um dever de humanidade que de prompto se acuda a esta classe infeliz, que está lutando com a miseria, e que por muitas outras razões ponderadas repetidas vezes por muitos illustres deputados, merecem, não só que se lhes faça justiça, mas até que se tenha d'elles compaixão, á vista das tristes e lamentaveis circumstancias a que se acham reduzidos.

Manda tambem para a mesa dois pareceres da commissão de petições, em que viúvas e orphãos de militares pedem que, em attenção aos serviços de seus fallecidos maridos e paes, se lhes concedam pensões.

O sr. Gavicho:—manda para a mesa o parecer da commissão de estatistica, elevando á categoria de cabeça de comarca o julgado e concelho de Pairedes.

O sr. Mello e Minas:—envia para a mesa o parecer, em que é relator, da commissão de estatistica para a reintegração da comarca de Campo Maior.

O sr. Sousa Pinto Basto:—manda para a mesa uma representação, assignada pelos principaes habitantes do julgado de Mira, em que pedem que o seu populoso concelho seja elevado a cabeça de comarca, annexando-se-lhe as freguezias de Vagos e Covão do Lobo, districto de Aveiro, e Febrés e Tocha, do Coimbra; e bem assim que passe a fazer parte d'aquelle districto, a que já pertencera, e de onde fôra separado na ultima divisão territorial por motivos menos justificados. Os requerentes fundamentam o seu pedido em fortes razões de conveniencia publica, que constam d'esta representação, e de outras que em 1857 e 1858 dirigiram ao parlamento sobre identico objecto; mas que se abstem de se apresentar por agora á consideração da camara, por não ser esta a occasião propria. Limita-se portanto a pedir que esta representação seja enviada á commissão de estatistica, onde devem existir as outras duas representações; esperando que a illustre commissão trará de resolver a contento dos povos tão antiga como justa pretensão, attentas as circumstancias especiaes em que se acha aquella localidade.

O sr. Visconde de Pindella:—manda para a mesa duas representações, uma dos habitantes das Caldas de Vizella, em que pedem que a estrada que ha de ligar Guimarães toque por aquella localidade. Esta representação mostra a justiça que ha em que a estrada toque pelo estabelecimento das aguas thermaes; e alem d'isso aquella ribeira é tão fértil em cereaes, que de certo merece que aquella estrada toque n'aquelle ponto.

A outra representação é dos habitantes da freguezia de Gato, do concelho de Guimarães, que está hoje pertencendo á Povoa de Lanhoso, para que esta freguezia volte ao seu antigo concelho do Guimarães.

O sr. Coelho de Carvalho:—envia para a mesa um projecto de lei. Chama tambem a attenção da commissão de legislação sobre uma representação do provedor e mesario da misericordia da cidade de Lagos, acerca da qual até hoje não tem dado o seu parecer.

O sr. Cancellal:—envia para a mesa uma representação da camara municipal do concelho de Ilhavo, em que pede que seja votada no orçamento uma verba para a construcção de uma ponte na ria de Aveiro.

No ministerio das obras publicas já existe um requerimento, onde consta que o seu orçamento é de 2:500:000 réis; e alem da justiça d'esta pretensão ha de mais a conveniencia publica de se aproveitarem 700 e tantos mil réis, que a camara offerece como donativos.

O sr. Lopes Branco:—manda para a mesa uma representação da camara municipal do concelho de Sinfães, na qual ella pede á camara que approve o projecto apresentado pelo sr. deputado Telles de Vasconcellos, para aquella concelho ser desannexado do districto de Vizeu, e que a cabeça da comarca se mude para um dos dois logares de que

faz menção. Não menciona os fundamentos com que a camara justifica cada um d'estes pedidos, porque tendo a representação de ser enviada á commissão de estatistica, ella os apreciará, como lhe parecerem de justiça.

Manda mais para a mesa duas representações, uma da associação commercial da villa da Figueira da Foz, e outra da camara municipal do concelho de Monte-mór o Velho, nas quaes estas duas corporações, qual d'ellas mais respeitavel, pedem á camara se digno exigir do governo que mande comear, ainda este anno, os trabalhos da estrada que liga aquella villa com a cidade de Coimbra. Declara que tem estas duas representações em seu poder ha muitos dias, e que não as tinha apresentado á espera que estivesse presente o sr. ministro das obras publicas, para diante de s. ex.ª apresentar não só os fundamentos que n'ellas se acham escritos, mas outros que ainda ha alem d'esses, e com o desenvolvimento de todos convencer o nobre ministro da necessidade urgentissima d'estas obras; mas tendo ouvido ao sr. presidente, que na segunda feira comeariam as interpeações que se acham annunciadas a diferentes srs. ministros, e elle, orador, tinha uma sobre o objecto d'estas duas representações, as apresentava por isso, reservando-se para segunda feira ou para outro dia em que a sua interpeação tivesse lugar, para então apresentar ao nobre ministro das obras publicas todas as razões que convencer a necessidade da estrada sobre que representam a associação commercial da Figueira e a camara municipal de Monte-mór o Velho.

Manda mais uma representação tambem da camara municipal de Monte-mór o Velho, na qual pede ainda á camara que exija do governo, que mande fazer os reparos de que a margem direita do Mondego está carecendo na parte em que cobre aquella villa, que está n'aquelle ponto inteiramente alagada, achando-se por isso a povoação exposta continuamente ás inundações do rio, como qualquer outro ponto do campo, que é facilmente coberto por essas inundações com gravissimo prejuizo de muitos interesses. E como sobre este mesmo objecto ha de tambem ter lugar a interpeação que tem annunciada a s. ex.ª o sr. ministro das obras publicas, para então igualmente se reserva para mostrar as razões pelas quaes esta obra se deve mandar fazer sem demora.

Manda ainda para a mesa tres representações de diversas juntas de parochia, de que o antigo concelho de Maiorca se compunha, nas quaes pedem á camara que elle se restabeleça.

Como os fundamentos que se allegam hão de ser apreciados pela commissão de estatistica, por esta razão e por outra de melindre, por em quanto, a respeito d'elle, orador, facil de comprehender-se, não os expõe, esperando que serão devidamente apreciados; e por isso se limita a pedir que estas representações se lhe remetam, para sobre este negocio se tomar a resolução que for mais justa.

Manda, finalmente, mais uma representação para a mesa dos escrivães do crime do Porto, na qual estes empregados pedem á camara, que por fim adopte alguma medida, pela qual elles tenham pelos seus officios meios sufficientes de subsistencia. A este respeito elle, orador, tinha as suas

bem a camara este modo de exprimir-se o sr. ministro do reino.

Esses soldados que diz s. ex.^a tinham de passar (e passaram, mas para as garças do jacaré) foram soldados que mal municiados, quasi sem polvora nem bala, foram mandados a fazer face a uma nuvem de gentio que tinha invadido aquelle districto. Tiveram de ceder diante de uma força imponente, tambem houve n'aquelle *Waterloo* um grito de *saule qui perd*, fugiram em debandada soldados portugueses, lançaram-se ao rio Loge na esperança de o passarem a pé, foram arrastados pela corrente impetuosa, e em poucos minutos tingiram-se de sangue aquellas aguas, o dente devorador do jacaré tinha rasgado as carnes aquelles infelizes.

Não attribue ao governo este infeliz successo, mas perante a camara, perante a nação, perante o mundo inteiro ha de dizer aos cavalheiros que se sentam n'aquellas cadeiras: se ha cinco mezes quando aqui chegou a noticia do desastre do Congo, do assassinato de 50 soldados, com seu commandante, espantando o gentio em paus aguçados as suas cabeças, e passeando-as em procissão, o governo se tivesse compenetrado dos altos deveres que tem a cumprir, tivesse dado as providencias, mandado tropas e dinheiro, estes desastres por certo se teriam evitados, e o nosso espirito não estaria hoje impregnado de dois sentimentos, de horror pelo desastre, de vergonha por ver a nossa bandeira vilipendiada, e rasgada tira a tira por alguns milhares de pretos bucos e indisciplinados.

Mossamedes foi ameaçada, chegaram bandos de pretos até ás portas. Huilla foi saqueada, foi morto o commandante, e 9 soldados brancos. Alguns proprietarios foram reduzidos a miseria, e o cidadão Bernardino de Figueiredo tem arrasados os seus engenhos e machinas de destillação, a sua lavoura, e pôde-se dizer que está reduzido a mendicância.

Sustentou elle com os seus visinhos e os seus pretos um fogo de duas horas, mas antes havia mandado pedir socorros ao governador á villa. Este alguns podia ainda mandar; mandou-lhe um cartuchame de 17, quando as armas eram de 13.

Este valente cidadão dispõe-se com os seus proprios a esperar o gentio que se não fez esperar, e como já disse á camara, bateu-se demodadamente durante duas horas. Retirou-se o gentio, mas no dia seguinte veio em força de 6.000; não foi possível resistir-lhe, tinha já feridos alguns dos seus e mortos, não houve remedio senão entregar-se. A sua casa foi toda saqueada, lançaram-lhe fogo; o grande engenho de assucar, destillações de aguardente em grande escala foi tudo queimado e arrasado. A bella lavoura da sua fazenda foi tudo talado como um horrivel furacão, mandado pela mão de Deus, tivesse tudo aniquilado.

Note-se que tudo isto se passava a uma legua da villa. Que ainda havia recursos na praça, e que nem um só passo se deu para socorrer estes desgraçados. O mesmo espirito de imbecillidade, para lhe não dar outro nome, presidiu á conducta do governador do Ambriz e de Mossamedes.

Uma pouca de coragem em ambos elle, e as vidas e as propriedades em ambos os casos estavam salvas.

Estas correrias dos indigenas tiveram principio no paiz do Nano. Este, não distando muito de Caconda, devia haver ali uma fortaleza, por meio da qual se dessem as mãos aquelles dois pontos; não aconteceu assim pela imprevidencia dos que governam. A força indigena seria pouco mais ou menos de 30.000, desceram por Quilengues e vieram a Huilla; aqui roubaram e mataram o commandante com alguns soldados, passaram por Humpata, atravessaram uma immensa serrania chamada a serra de Chellas, vieram ao Bumbo, e d'aqui é que foram ás immedições da villa de Mossamedes e causaram todas estas desgraças; não foram á villa mesmo porque os roubos que fizeram foram importantes, e então não quizeram ali ir nesta occasião; mas prazer deferido não é perdido, se nos não prevenirmos lá vão.

O cidadão Bernardino de Figueiredo, o honrado decano dos colonos de Mossamedes, um dos primeiros que ali se estabeleceram, dotado de grande espirito e força de vontade, lutou denodadamente com as difficuldades de seu novo estabelecimento agrícola e industrial. Trabalhou mais de vinte annos, e viu arder debaixo dos seus olhos, prisioneiro do gentio, até o chão o fructo do seu trabalho, das suas vigílias, tanto no valor aproximadamente de 80.000\$000 réis.

Quem querará de ora em diante estabelecer-se n'aquellas longinquas paragens, tendo um governo que, por inercia e por desleixo, sacrifica a vida e a propriedade dos seus governados?

Se acaso entre os pontos atravessados pelos pretos houvesse redutos de distancia em distancia que se dessem a mão, teria acontecido por ventura este desastre que está certo deve enlutar os corações dos srs. ministros, do mesmo modo que enluta os dos deputados?

Os governadores geraes e os subalternos ressentem-se da origem d'onde partem. O desleixo e a inercia é a sua divisa, e quasi não pôde ser outra.

Ha uma força de 160 praças commandadas por um official no Congo; ha 80 ou 90 dias que em Loanda nada se sabe a respeito d'elles. Não se sabe se têm munições, se têm mantimentos, se foram devorados pelas feras, ou se são prisioneiros do gentio! Eis-aqui como se governa n'aquellas paragens!

Em Mossamedes houve um governador distincto por valiosos serviços que prestou áquella colonia, que quasi lhe deu a mão, e a paz no estado em que se acha; préza-se de lhe mencionar o nome n'este lugar, é o capitão Leal, cavalheiro distincto e de grandes conhecimentos administrativos, muito conhecedor d'aquelles paizes, probo, honrado e dotado de muita coragem pessoal; pois foi demittido e substituído por outro que é uma perfeita antithese de tudo isto.

A parte da expedição que partiu com as nomeações desgraçadas que se fizeram, não pôde senão acarretar a completa ruina d'aquella joia da coroa portuguesa.

Hoje são necessários 2.000 homens, e de 700 a 800.000\$000 réis; não ha a hesitar sobre isto. Escolham, ou perder por uma vez Angola, ou fazer este sacrificio. Sobre tudo um governador geral, porque espera que os srs. ministros não tenham a pretensão de vir dizer que o sr. major graduado que d'aqui partiu outro dia, destituido de todas as qualidades necessárias, e muito mais na actual conjuntura, é o homem que convem.

Fallou de Angola para o sul, agora fallará de Angola para o norte. Quem não vê que tudo quanto ali aconteceu é filho do desleixo com que se olha para tudo, do nenhum systema governativo, do nenhum estudo? Isto de ser ministro não se limita, acredita, a andar de correio atrás e passar as noites nos saraus. Cabe ao homem que se senta nos conselhos do monarcha grande responsabilidade, e é preciso estudar muito. Pois quem não vê que é imprudencia de se envolver em uma questão dynastica no Congo o governador geral, que se deve tudo isto? Para que se envolve e a favor de um homem detestado e aborrecido, constantemente embriagado e sem prestigio, o marquez de Catende?

O mesmo dedo para escolher, que teve para os governos do Ambriz e de Mossamedes, a malfadada expedição do Quicembe, a de mandar 150 bayonetas mal providas de tudo para fazer face a uma massa imponente de gentio. O governador do Am-

briz fechou-se na fortaleza com 600 homens que ainda tinha, ouviram-se os tiros dos nossos infelizes irmãos a braços com os pretos; em vez de fazer uma sortida que os poderia salvar sem deixar de cobrir a fortaleza, abandonou-os, já sem polvora e sem bala tiveram de ceder ao numero, e preferiram lançar-se ao rio Loge do que ficarem prisioneiros dos pretos para serem assassinados pelas suas zagais.

Morreram 106 dos nossos irmãos afogados no rio Loge, cujas aguas pouco depois se tornaram tintas pelo horrivel banquete que tiveram os jacarés.

Maldição eterna sobre os causadores de similhante desgraça!

O gentio que atacou a Mossamedes é gentio do Nano, commandado pelo sra. chefe do Hambo, trazendo consigo a força que se compunha de 18 soldados, calcula-se o todo em 30.000. Recapitulando, entende que é necessário um grande sacrificio; abra-se uma subscrição nacional em todo o paiz.

São necessários 2.000 soldados e 800.000\$000 réis, e um militar para commandar a força em operações; frete-se um vapor da companhia *união mercantil*, que parta já a levar a noticia de que se prepara essa força; façam-se em Loanda abarracamentos provisórios, etc.

Referindo-se ao que disse o sr. ministro da fazenda na precedente sessão, nota que s. ex.^a disse, que por sua propria dignidade não lhe respondia. Que quer isto dizer? Em que offendeu o sr. ministro? Em que se rebaixa s. ex.^a da sua dignidade em lhe responder? Sabe s. ex.^a quando elle reputaria a sua dignidade a par da s. ex.^a? E quando viesse á camara e dissesse com uma voz que podesse chegar ao paiz inteiro: «ministros da coroa, deixae essas cadeiras, não sois iguaes ás circumstancias que ahi vos chamaram, porque atrastes á rua com 300.000\$000 réis, no contrato Erlanger; porque preparastes a expedição para Angola, por modo tal que, acredita sinceramente, Angola em tres mezes a contar da data estará muito peor do que hoje se acha. Deixae essas cadeiras, ministros da coroa, porque tendes as idéas as mais acanhadas que é possível ter na primeira questão d'este paiz, que é a questão economica. Deixae essas cadeiras porque viesdes a ellas arvorando uma bandeira falsa, que rasgastes logo depois. Deixae essas cadeiras, porque promettestes reformar as pautas, e sete mezes depois de subir ao poder mandastes crear uma comissão para decidir se se lhes devia tocar, se por ventura se lhes devia fazer alterações. Deixae essas cadeiras, porque autorisastes para reformar as secretarias d'estado, (foi o que encontraram mais urgente, apenas sentados nos bancos dos ministros) só complicastes o serviço e augmentastes a despesa. Deixae essas cadeiras, porque tendes marcado a vossa estada no poder por actos de uma politica incoherente, sem nexo e sem systema, o que vos tem desacreditado em todos os angulos do paiz. Deixae finalmente essas cadeiras, porque a vossa continuação só pôde ser obnoxia ao paiz.»

Eis-aqui quando se reputaria igual á sua propria dignidade, e quando achava que cumpria integralmente o seu dever de representante do povo. O sr. ministro da fazenda já viajou por essa Europa, já visitou esses paizes constitucionaes, já assistiu a debates parlamentares em Inglaterra, por exemplo? Se assistiu, lá havia de ouvir como os ministros respondem aos representantes do povo. Ha annos, em Londres, no discurso da coroa, lord Derby, na opposição, disse ao governo de lord Palmerston: «mentistes ao rei e ao povo, quando disestes... etc.; mentistes ainda quando disestes... etc., etc.»

Estava presente, e quando tal ouviu, arriparam-se-lhe as carnes, mas lord Palmerston explicou o que parecia dar origem a uma asserção tão severa, mas sem uma só palavra que fosse offensiva ao representante do povo.

O sr. Alves Martins:—pede ao sr. presidente que mande ler a proposta que se votou a este respeito na penultima sessão.

O sr. Presidente:—A proposta que se votou foi do sr. Arrobas, para que fosse convidado o sr. ministro a vir dar conta ás cortes do estado em que estava a provincia de Angola.

O sr. D. Rodrigo de Meneses:—entende que não ha aqui interpellação, mas um convite ao sr. ministro para declarar o que ha a respeito de Angola, por isso pede que seja s. ex.^a quem primeiro tenha a palavra (apoiados).

O sr. Arrobas:—pede que seja lida a proposta que fez quando a camara resolveu que fosse convidado o sr. ministro da marinha sobre o estado de Angola, proposta que a mesa devere ter submettido á votação; e se o não fez então, espera que o faça agora.

O sr. Presidente:—não houve votação sobre o requerimento do sr. deputado, porque a camara mostrou que se satisfazia com a indicação que elle, sr. presidente, fez da mesa mandar desde logo convidar o sr. ministro, para que com urgencia viesse informar a camara, e houve depois um requerimento de um sr. deputado para que ficasse adiada a discussão do incidente até que o sr. ministro viesse munido com os esclarecimentos necessários para responder á interpellação. É isto o que consta do *Diário de Lisboa*, e é exactamente o que se passou.

O sr. Ministro da marinha (Sá Vargas):—antes de começar a expor o estado das cousas na provincia de Angola, deve uma explicação á camara em vista do que acabou de dizer com tanto calor um illustre deputado.

Recebeu antes de hontem depois do meio dia a correspondencia de Angola, correspondencia não pouco volumosa, não podia apresentar-se a dar conta á camara do que ella continha sem a ler e examinar toda, e quando recebeu aviso da votação que tinha havido na camara, já a sessão estava fechada.

Hoje apresentei-se na disposição de ser o primeiro a dar á camara conta das noticias recebidas, mas sem o prever, levantou-se um illustre deputado e fez um eloquente discurso, parte em forma de interpellação, e parte, pede licença para o dizer, em forma de mui forte declamação.

Julga que a camara fará justiça ao governo, que nenhum de seus membros tem menos interesse do que o illustre deputado e todos os outros por tudo quanto faz parte da monarchia portuguesa, e pela integridade do seu territorio, e que não precisa de excitação nem advertencia para tratar do melhor modo que pôde de melhorar a situação da causa publica (apoiados).

As noticias que o governo recebeu de Angola abrangem até ao dia 19 de abril, e referem-se a acontecimentos, parte ao norte e parte ao sul de Loanda.

Quanto á parte do norte, quer dizer ao districto do Ambriz, (e aqui-ha já uma illusão do illustre deputado, que reputa o governador do districto do Ambriz residindo no concelho do Ambriz, quando elle está residindo no Bembe, mas logo tratará d'este ponto) com a noticia da morte do principe D. Nicolau, é um facto que as povoações que ficam entre os dois pontos, Bembe e Ambriz se collocaram em revolta manifesta contra a autoridade portuguesa, interceptando as communicações não só entre esses dois pontos, mas entre o ponto de Quiballa, que é intermedio, ficando por consequencia Quiballa reduzida aos seus proprios recursos, e aos que lhe viessem do Ambriz ou do Bembe.

No dia 3 de março appareceram os pretos em força a atacar o ponto de Quiballa, ponto defendido pelo tenente Antonio Maria Sampaio, official de distincto merecimento e valor, que por precedentes acções na provincia tinha sido promovido

aquelle posto. N'esse dia 3 de março soffreu esse posto continuando fogo desde as cinco horas da manhã até ás tres da tarde, e a esta hora uma-buxa, que, ao disparar-se um tiro de peça, foi cair sobre o telhado do aquartelamento, produziu o incendio, que reduziu a cinzas os quartéis, o armazem da companhia, e tudo que era publico e particular, á excepção de alguns mantimentos e munições. Apesar d'isso o ataque foi repellido vigorosamente, assim como foi o do dia seguinte, 4 de março.

N'esta situação o commandante do posto dirigiu-se ao governador do Ambriz, residente no Bembe, como já disse, pedindo reforço de gente, munições e mantimentos, e esse governador, de que o illustre deputado disse que não havia noticias, mas de que elle, ministro, as tem posteriores a 17 de março, mandou immediatamente sair 100 praças commandadas pelo capitão Sousa, com um subalterno e as competentes munições e mantimentos. Esta força saiu do Bembe no dia 7 de março; levou a chegar ao ponto de Quiballa até 11, quasi sempre debaixo de fogo. Vindo a escacear os mantimentos, offendeu o capitão Sousa ao governador Osorio, para que, ou lhe mandasse o de que carecia até ao dia 23, ou o prevenisse a tempo de que o não podia fazer, por isso que, sem esse novo socorro, não se podia sustentar mais, e tendo de retirar era mais conveniente que o fizesse antes de estar a força extenuada pela fome.

O governador Osorio reuniu no dia 17 de março um conselho de officiaes, e ali ponderadas todas as circumstancias se resolveu que a força que estava em Quiballa largasse aquelle posto e retirasse para o Ambriz, depois de inutilisar todos os objectos que não podesse levar consigo.

Essa retirada começou a fazer-se no dia 23 de março, saindo tudo quanto estava n'aquelle posto, levando duas peças de campanha, e dirigindo-se para o rio Loge. Esta marcha levou desde o dia 23 a 28, dia em que chegaram á margem norte do rio, cerca de uma legua acima do Ambriz. Como no primeiro transito do Bembe até Quiballa, ou ainda mais, marcharam sempre debaixo de fogo.

Quando a força se aproximava ao rio Loge, refere uma parte do commandante Sousa, que havia em roda d'ella quasi um circulo de fogo.

Chegando á beira do rio, e tendo-se primeiro lançado a elle tres soldados que sabiam nadar, e que ao que parece pretendiam ir ao Ambriz pedir socorro, animados todos os mais com este exemplo, foram-se successivamente lançando á agua, mas foi então que morreram uns 65 soldados, 3 sargentos, a infeliz esposa do tenente Sampaio, 1 agente da companhia, libertos e carregadores, calculando-se ao todo o numero dos que pereceram em 105 ou 106.

Parece, em vista das informações do governador, que este desastre se poderia talvez ter evitado se o commandante da força a podesse ter contido, continuando a fazer fogo com as peças e munições que ainda tinha, até que do Ambriz viesse algum auxilio; ou se o capitão Xavier ouvindo, como parece que ouvira o fogo, corresse aquelle ponto a salvar aquella gente infeliz.

Tanto o commandante Sousa, como o capitão Xavier, chefe do Ambriz, responderam a conselho de investigação, e entraram em conselho de guerra, por ordem do governador geral, sendo o tenente Xavier logo destituido do commando do Ambriz, e substituído por outro official de confiança.

Estas são as informações que recebeu o governo do que aconteceu ao norte do Ambriz.

Deve porém dizer ao sr. deputado e á camara, que á saída do vapor de Loanda, a 19 de abril, o governador tinha já no Ambriz 500 praças de primeira linha, 200 praças de empacacores, esperava 300 praças moveis e de guerra preta do interior, e 200 carregadores alem de 100 que já ali tinha, para com esta força marchar até ao Bembe; e já vê a camara que por este lado não ha logar a esse receio immediato que se tem querido incutir no publico.

Pelo que toca aos acontecimentos que tiveram logar ao sul de Loanda, quer dizer, para o lado de Benguella, Mossamedes e Huilla; esses ataques de uma multidão de pretos, a que n'aquelle paiz se chama uma poderosa guerra, não é acontecimento extraordinario, é pelo contrario, muito ordinario; é a reunião de pretos gentios, que de annos a annos vem do territorio do sul, perseguindo os indigenas para lhes roubar os gados em que abundam; não é pois uma guerra dirigida contra o poder da coroa de Portugal, nem contra os subditos portuguezes; pelo contrario, em toda a parte que ha brancos ou postos armados, a elles pertencentes, essa guerra passa ao largo.

Os dois unicos casos, fatisas sem duvida, foram o da Huilla e subúrbios de Mossamedes. O da Huilla foi talvez devido á imprudencia ou temeridade do commandante, visto que esse ponto não foi atacado apesar da guerra preta ter o seu arraial a uma legua de distancia.

O desgraçado major Rocha, aliás valoroso, levado do seu proprio entusiasmo, e cedendo ás instancias dos soldados da companhia agrícola da colonia, decidiu-se a ir com menos de 100 homens e uma peça de campanha atacar os pretos no seu arraial, que alguns avaliavam em 12.000 e outros em mais; o resultado foi que chegando a certo sitio foi de tal modo e por tal força envolvido, que ali ficou morto com sete homens da sua pequena columna, alguns feridos e outros prisioneiros.

E para se saber bem qual é a natureza e fim d'essa guerra, e para mais confirmar que não é sítio, nem contra a nossa gente, e se dirige unicamente a roubar os gados dos indigenas, basta dizer, que não só uma parte d'esses prisioneiros foi posta em liberdade por acto espontaneo dos apriados, e sem exigirem resgate, mas os chamados sovas, commandantes d'essas hordas de barbaros, mandaram por escripto e verbalmente pelos secúlos os fidalgos queixar-se ao governador da Huilla de haverem sido agredidos, pois que não vinham contra os brancos, e só contra os natuzaes do paiz seus inimigos.

Esta é uma circumstancia muito attendivel para, como disse, confirmar mais a idéa de que similhante guerra não tinha o fim que talvez se tenha querido fazer crer.

Quanto ao outro caso acontecido nas immedições de Mossamedes, disse o illustre deputado que um cavalheiro, que soffreu muito, na verdade, tinha a tempo mandado prevenir o governador de Mossamedes, e este nenhuma providencia dera.

Antes d'esse cavalheiro ter feito similhante prevenção, já o governador a havia recebido de outra pessoa: a noticia apresentava-se como destituida de fundamento; não obstante as providencias que se podiam dar, deram-se logo.

Foi no dia 12 que o governador foi prevenido, e logo no dia seguinte a guerra appareceu, não a atacar a villa que nada soffreu, mas os subúrbios onde se haviam refugiado os gados dos indigenas que para ali com elles haviam corrido a buscar guarida. O governador lançou mão de todos os recursos de que podia dispor, que não eram muitos, porque a maior parte do batalhão 3 de caçadores tinha ido destacado para o Bumbo, e para os Gambos.

O governador foi prevenido no dia 12 de manhã, e no dia immediato appareceram os pretos, que se não aproximaram da villa nem lá se animaram a entrar.

No dia 13 foi accommettida e roubada uma casa

nos Subúrbios, sitio dos casados; e n'esse mesmo dia o estabelecimento no sitio dos Cavalheiros conservando-se na defensiva repeliu o ataque.

Talvez que o mesmo tivesse acontecido no dia 14, se não fosse a imprudencia que se commetteu, por parte de quem defendia similhante estabelecimento, de sair a atacar uns poucos de pretos que appareceram dentro da fazenda pertencente a esse estabelecimento: enganaram-se suppondo que eram poucos, por que immediatamente se viram envolvidos, e todos juntos entraram no estabelecimento que foi devastado.

São estes os acontecimentos que tiveram logar ao sul e ao norte de Loanda; e com quanto por certo uns e outros sejam dignos de lastima, não são contudo de natureza tal que d'elles possa vir o receio da perda do nosso dominio n'aquella possessão, muito mais attendendo á diversa origem d'esses acontecimentos, que está longe de revelar ligação entre elles, ligação que tornaria o caso um pouco mais serio. Ao norte é uma revolta contra a autoridade portuguesa; ha de ser debellada, como mais vezes o tem sido. Ao sul foi uma guerra de depredação contra os indigenas, que passam como outras têm passado em outras epochas. Segundo as informações do governador, as forças de que ainda dispõe são bastantes para desafiantem a bandeira portugueza; e elle exprime toda a confiança de que ha de entregar a provincia pacificada ao seu successor.

Feita esta communicação á camara, nada dirá em relação a algumas observações apresentadas pelo illustre deputado, mesmo porque a resposta a ellas está já implicitamente n'aquillo que acaba de referir.

Esquecia-lhe dizer, que o illustre deputado foi exagerado quando disse, que no Ambriz havia 800 homens, quando teve logar o desastre no rio Loge. Essa força superior foi para ali depois d'esse acontecimento, com o fim que já expoz. Mas com isso não quer dizer que não houvesse força bastante para prevenir aquelle desastre, se o respectivo chefe fosse prompto, como devia ser, em mandar os socorros precisos.

Tem sido accusado o governo de pouca actividade nas medidas para acudir ao estado em que tem estado a provincia de Angola, mas parece-lhe que sem razão nenhuma. Quando as penultimas noticias chegaram a Lisboa, foi nos principios do mez de maio, dois ou tres dias depois de ter entrado no ministerio. A camara estava lembrada que o governo propoz as medidas que julgon necessárias para acudir de prompto áquella parte das nossas possessões. Tudo quanto dizia respeito á marinha estava já em bom andamento, e apromptou-se em breves dias; por parte do ministerio da guerra houve a maior actividade, não se descançou um só momento, mas foi preciso que chegassem os soldados que das provincias se offereceram para a expedição; os primeiros que entraram em Lisboa foi em 12 de maio, e ainda não era passado um mez já um batalhão armado, equipados e exercitados no maneo das armas novas, de que nem soldados, nem officiaes tinham até ali o mais leve conhecimento, havia saído a barra. Outro batalhão está prompto, e ha de sair na proxima quarta-feira nas corvetas *Estephania* e *Bartholomeu Dias*, com uma bateria de montanha, e um contingente de artilheria. Alem do adiantamento de vencimentos que leva toda esta força, que partiu, e vai partir; alem dos mantimentos suficientes para a viagem, e para um mez em terra, mandou o governo para Angola 52.000\$000 réis, a certeza de uma meçada regular, e a autorisação para, em caso de necessidade, o governador geral poder sacar sobre o thesouro até uma certa somma.

O governo, quando aqui se apresentou no principio de maio, julgon que para occorrer de prompto ás necessidades extraordinarias da provincia, era bastante a quantia de 100.000\$000 réis, porque feito o calculo, pareceu-lhe que chegava para manter a força expedicionaria por espaço de um anno; e então disse, que se fosse necessaria maior somma, como as cortes se abriam em novembro, então poderiam prover de remedio a qualquer falta que houvesse.

O governo não julga que seja necessaria a força, que o illustre deputado lembra, de 2.000 homens, persuadido-se que é bastante elevar a que vai á amate d'essa cifra, e d'isso se occupa. Tenciona mandar um certo numero de cavallos, para augmentar a força de cavallaria que ali ha, e bem assim mais alguma artilheria (apoiados). Não julga tambem que seja necessaria uma somma tão grande como a que o illustre deputado apontou; no entanto entende que mais alguma cousa do que está votado é agora preciso, e por isso submete á approvação da camara uma proposta de lei.

Le-se na mesa a proposta, que tem por fim ser autorisado o governo a applicar mais 100.000\$000 réis para as despesas extraordinarias da provincia de Angola.

É remetida com urgencia ás commissões de fazenda e do ultramar.

O sr. Arrobas:—entende que os negocios de Angola devem ser tratados sem considerações partidarias: em questão de tal modo importante para a dignidade e pundonor nacional não ha maioria nem minoria, ha só portuguezes. Declara portanto que, não tendo em vista atacar o governo, pede á camara que considere como não proferidas quaesquer expressões que possam ser tomadas em sentido offensivo ao governo, porque só tem em vista esclarecer a camara e o paiz em relação á importante questão que hoje occupa o parlamento.

Em 11 de janeiro do corrente anno deu fundo no Tejo o vapor *Estephania*, trazendo a noticia de um desastre que tinham soffrido as nossas armas no Congo: uma força expedicionaria derrotada, o seu commandante morto e o immediato ferido.

Apenas chegou esta noticia a Lisboa devia logo o governo ter feito sair um vapor de guerra com tropa, dinheiro e munições direito ao Ambriz; o governo devia saber que aquelle desastre não fora filho de um acaso; que aquella tropa destróida fora ali mandada para cumprir as ordens do governo da metropole, que mandou occupar o reino do Congo: foi o começo de uma empresa que deu logo um revez ás nossas forças, que abalou fortemente o nosso prestigio, e deu força moral e grande ousadia áquelles povos gentios: o governo sabendo que aquella empresa se tornava agora trabalhosa mas ainda mais essencial; sabendo que o estado de Angola era lastimoso; que os cofres publicos não tinham forças para fazer face ás despesas ordinarias, não podiam supprir ás extraordinarias despesas de uma occupação permanente e completa do Congo; sabendo que a junta da fazenda tinha em lance extremo lançado mão dos dinheiros sagrados dos orphãos e dos ausentes e defuntos; tendo emitido grande importancia de assignados sem garantia para pagar as despesas correntes, não tinha meios pecuniarios nem credito para fazer face ás occorrenças que se deviam seguir; o governo sabia que a tropa era pouca, mal armada, mal paga, mal vestida; que o pessoal de saude era insufficiente, e por isso o governo, para prevenir grandes desgraças, devia, logo que soube d'aquelle revez, acudir de prompto com os necessários recursos, e restabelecer o prestigio do nome portuguez. Que fez o governo, exclama o orador?... Cruzou os braços e deixou correr os acontecimentos desastrosamente!... Em 15 de fevereiro saiu de Lisboa novamente para Angola o vapor *Estephania*, e o governo nenhum recursos nem providencias mandou por elle!

No dia 29 de fevereiro começou-se a discutir o parecer sobre a resposta ao discurso da coroa; n'essa occasião censurou elle, orador, o governo, por se terem passado já quarenta e nove dias desde que o governo tinha tido conhecimento do revez no Congo, sem dar a mais leve providencia para reabilitar a força da autoridade e o nome portuguez em Angola. N'essa occasião revelou á camara a importancia d'aquelle desastre no Congo, e disse as consequencias terriveis que podia ter (leu).

O governo, em sessão de 2 de março, declarou que o acontecimento do Congo era insignificante; que em Angola havia recursos de sobejo para fazer frente aos encargos da situação resultante; que elle, orador, queria que o governo mandasse para Angola exercitos e esquadras por causa de meia duzia de pretos do Congo, mas que nada d'isso era necessario: foi muito combatido pelo governo a censura que elle, orador, tinha feito, por ter o governo considerado em perfeita tranquillidade a provincia de Angola, insistindo muito o governo em declarar, que attenta a insignificancia do acontecimento do Congo, se podia considerar não alterada a tranquillidade publica n'aquella provincia (leu).

Agora depois d'isto vae a camara ver como o governo pouco depois se contradisse, e veio justificá-lo, exclama o orador!

Em 28 de abril chegou a Lisboa o vapor *Africa*, trazendo a noticia de que o governador de Angola, com 500 praças, tinha soffrido grande revez e desaire, indo ao districto do Ambriz castigar os gentios pela morte barbara do principe gentio Agua Rosada; aquella força importante retirou em desordem, e foram victimas muitos soldados, ficando cobertas de vergonha as nossas armas, soffrendo novo revez sem causa: contou que depois a parte do Ambriz fora atacada por numeroso gentio. No dia immediato, 29 de abril, saiu para a Africa o vapor *D. Pedro*, e o governo ainda d'esta vez não mandou providencia alguma para Angola!

Tres dias depois (em 2 de maio) era o governo interpellado pelo sr. deputado Affonseca, por causa das recemchegadas noticias, e o sr. ministro do reino respondia, como se vê pelo *Diário de Lisboa* de 3 de maio (leu).

Disse então o sr. ministro do reino, que apenas tinha tomado posse da pasta da marinha, e em virtude das anteriores noticias, ordenára que saíssem com urgencia para Angola os vapores de guerra *Estephania* e *Maria Anna*, e que n'elles iriam duzentas praças dos desertores que tinham de ir por castigo para o ultramar.

Disse bem clara e explicitamente que aquelle socorro era mandado, para dar ao governador o meio de restabelecer a ordem publica n'aquella provincia. O sr. chefe d'estado maior da marinha, Soares Franco, confirmou o que tinha dito o sr. ministro do reino.

Ora, como o sr. ministro do reino tomou posse da pasta da marinha em 12 de março, conclue-se que o governo que em 2 de março declarava que a ordem publica não tinha sido alterada em Angola, depois, em 12 do mesmo mez, sem outras noticias mais do que tinha recebido até 2 de março, declara que tinha mandado preparar força de mar e de terra, com urgencia, para ajudar o governador de Angola a restabelecer a tranquillidade n'aquella provincia.

Como é que em 2 de março se diz que a tranquillidade não tinha sido alterada, e dez dias depois o proprio governo diz o contrario?... Como é que em 2 de março o governo diz á camara, que em Angola ha recursos de sobejo para satisfazer as necessidades da situação, e dez dias depois, pelos mesmos acontecimentos, já se julga necessario mandar com urgencia dois vapores de guerra com 200 soldados, para collocar o governador de Angola em circumstancias de poder fazer o seu dever!

E que urgencia foi essa? Os navios estavam promptos, e a tropa estava na torre de S. Julião; porque não saiu logo essa mesma expedição? É altamente censuravel; é mesmo lastimoso ver que o governo, tendo noticia em 11 de janeiro do corrente anno dos acontecimentos desastrosos de Angola, só em 11 de junho, cinco mezes depois, mandasse sair os taes dois vapores de guerra e os taes 200 soldados?... E dirá ainda o governo que não é censuravel o seu procedimento?...

Esses mesmos soldados que saíram formavam um batalhão curioso! Havia soldados voluntarios e outros de castigo de todos os corpos e de todas as armas: uns com soldo dobrado e outros singelo. Não seria melhor que os soldados desertores de cavallaria fossem servir no esquadrão de Angola, os de artilheria, os de infantaria e os de caçadores nos corpos de Angola de suas respectivas armas, aonde melhor serviço fariam, sendo pagos com o soldo singelo como os seus camaradas, do que mascarar todos com um uniforme *sui generis* da arma de caçadores? Ha de sair bom resultado de um tal pastel! Mas, enfim, este erro será emendado em Angola, e por isso não lhe dá grande importancia.

O governo veio á camara na sessão de 5 de maio pedir autorisação para dispendir 100.000\$000 réis e dar vencimentos dobrados aos militares que fossem para Angola, e a camara votou logo o que o governo lhe pediu: elle, orador, declarou na commissão de fazenda ao governo, que votava os réis 100.000\$000 com repugnancia, porque com aquelle dinheiro só entendia que nada se fazia; mas que o governo em parlamento diria quaes as suas intenções e seus planos, e elle, orador, daria a sua opinião; mas infelizmente a maioria entendeu que era melhor abafar a discussão logo á nascença, e por isso elle, orador, apesar de ser o primeiro que pediu a palavra, não o deixaram fallar.

O governo não declarou o que tinha tencão de fazer, nem o que realmente eram os acontecimentos de Angola, e portanto votámos um verdadeiro ovo. Já lá vae muito mais de um mez, e ainda o principal da expedição não partiu! Como pôde agora haver confiança em que este governo ha de saber sobre dos meios que pede para acudir a Angola? Quanto pede elle agora?... Mais 100.000\$000 réis para as despesas ordinarias e extraordinarias de Angola! Ora só 250.000\$000 réis deve a junta da fazenda aos cofres dos orphãos e dos defuntos e ausentes; alem d'isso tem mais de 500.000\$000 réis de despesas annuaes, e a receita ha de ser insignificanteissima em quanto o districto de Angola estiver como está; portanto só se pôde concluir de tudo isto que o governo não merece a approvação do paiz, pelo modo por que se tem havido n'esta tão importante quanto perigosa questão para Portugal! Como porém uns attribuem as circumstancias de Angola a medidas antigas, outros ás autoridades locais, outros á inercia do governo actual, outros ao acaso, e outros finalmente a influencias estrangeiras, sem que a camara nem o paiz saibam realmente o que ha de tudo isto, é util e essencial que a camara deixando ao governo a sua plena liberdade de acção, tome a actividade que lhe cumpre, tratando de estudar por si mesma em delegação esta alta questão. Angola é a mais importante joia da coroa portugueza, e está em grande risco: nomeie-se um inquerito parlamentar, saiba por elle a camara e o paiz o verdadeiro estado de Angola, e as causas que o produziaram, bem como a opinião de todas as intelligencias e autoridades sobre este ponto: conhea a camara por si mesma o que tem de fazer-se para que todos os ramos de serviço em Angola se reorganise, para que as finanças se reabilitem, e para que aquella possessão se desen-

volva a ponto de ser feliz, e de dar á metropole os immensos recursos que ella é capaz de dar-lhe.

Manda para a mesa a sua proposta, que declara urgente (teu).

O governo não deve rejeitar esta proposta porque isso equivaleria a declarar que recia o exame do seu procedimento; a camara deve adoptar-la, porque é este o meio adoptado por todos os parlamentos estrangeiros em casos d'esta ordem. O paiz já viu as grandes vantagens que resultaram do inquerito parlamentar proposto por elle orador, para a reparação da marinha em 1853.

Ahi estão esses dois interessantes volumes aonde a camara e todos os ministros da marinha podem conhecer a opinião de todas as entidades importantes sobre o estado da marinha e os melhoramentos a fazer: faça-se o mesmo quanto a esta questão; ouçam-se os funcionarios que têm servido n'aquella provincia; ouçam-se os tribunales e estações publicas competentes; consultem-se os archivos, e resultará um trabalho completo que poderá dar grande auxilio aos poderes publicos para resolverem pelo melhor modo a fim de elevar a provincia de Angola ao grau de prosperidade de que ella é susceptivel. Conclue declarando que o mais que tem a dizer o relator quando se discutir a sua proposta.

Não sendo considerada urgente, fica para segunda leitura.

O sr. *Baldino*:—ouviu com toda a attenção a narração, que dos acontecimentos de Angola se tem feito com tanta acrimonia, querendo-se censurar os actos do ministerio, que nenhuma culpa tem d'elles; e ficou um pouco mais socego na presença do relatorio que o sr. ministro da marinha acaba de fazer a respeito d'esses acontecimentos, tanto mais que vê que se ex.ª apresentou uma proposta para occorrer de prompto a parte das necessidades d'aquella provincia, tanto de dinheiro, como de força militar, medida que, sendo levada a effecto a par de outras que já estão tomadas, produzirá o resultado de a pacificar.

Horrorisou-o de certo o facto da perda dos nossos irmãos na passagem do rio Loge, no entanto apreciava-o muito differentemente depois do que disse o sr. ministro da marinha, por quanto a verdade é que as forças militares que se achavam no Quiballa foram atacadas, usaram dos meios de defesa em quanto puderam e, em consequencia do grande numero dos adversarios, tiveram de retirar sobre o Loge; mas se á testa d'essas forças fosse um commandante habil e corajoso, capaz de fazer frente ao inimigo inimico e sem conhecimento da arte da guerra, não teria tido logar aquelle desastre, assim como também se houvesse acudido o chefe do Ambriz.

Não pretendo cançar a attenção da camara, não insisto neste ponto, e lembra ao governo, que principiou a dar prompto remedio aos males que affligem a provincia de Angola, que não a desampare e continue os seus esforços, até que ella socorra, e que alem das sommas já para ali votadas venha pedir ao parlamento mais 200 ou 250.000 réis, porque a falta de dinheiro é o grande mal que a afflicta, e applicando-se-lhe esta quantia ás suas necessidades, esse mal ha de ser em parte remediado.

A par d'esta medida recommenda ao governo a boa nomeação de autoridades para aquella localidade, e muito particularmente pelo que respeita ás autoridades judicias, por quanto a justiça ali está em almoeda. E aproveita a occasião para ler á camara uma carta que lhe escreveu o juiz de direito Motta Veiga, em que diz a respeito do presidente da relação de Loanda, que elle é corrupto e venal.

Começa a ler a carta, mas advertido pelo sr. presidente de que uma carta particular não é documento, desiste da continuação da leitura, e promette, quando for ao gabinete do sr. ministro da marinha, abrir-lhe o sudario de misérias que n'esta parte têm logar n'aquella provincia, e as proezas do presidente da relação, que já n'um tribunal foi convencido da sua venalidade; e pede a s. ex.ª que se digna mandar proceder a um inquerito sobre os processos que estão na relação de Angola, nos cartorios das escripturas, e sobre os empregados que estiverem nas circumstancias de ser syndicados.

Em conclusão, recommenda ao sr. ministro que tome em attenção as necessidades que tem indicado, na certeza de que o parlamento não lhe ha de negar os meios necessários para isso, por quanto a provincia de Angola é uma das partes mais importantes das nossas colonias, e de que podem provir grandes vantagens para o paiz.

O sr. *Palmeirim*:—manda para a mesa, por parte das commissões de fazenda e ultramar, o parecer, approvando a proposta do governo, para se applicarem ás despesas de Angola 100.000\$000 réis mais.

O sr. *Afonseca* (sobre a ordem):—pede que, publicando-se este parecer no *Diário de Lisboa*, se dispense o regimento para entrar em ordem do dia na occasião mais proxima.

Consultada a camara resolve affirmativamente.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello):—sente que um illustre deputado, que estima, e que todos prezam n'esta camara, pelo seu caracter franco, leal e verdadeiro, fosse levado, de certo pelos impulsos da sua consciencia, mas na sua opinião meos convenientemente, a fazer arguições das mais graves e mais pungentes, por informações que lhe foram dadas por uma carta particular, a um membro do poder judicial, ao presidente de uma relação de uma provincia ultramarina. Não lhe parece que seja este o meio mais proprio para augmentar a força que deve ter a autoridade em toda a parte, principalmente nas provincias ultramarinas, tão distantes da acção central do governo, e tão expostas a todas as paixões e interesses que actuam no animo dos homens. Sente que se usasse d'este meio para desvirtuar a autoridade d'este funcionario, sem embargo de que o illustre deputado podia e devia informar o governo de tudo quanto soubesse, para que este, na orbita das suas attribuições, se tomasse as providencias necessárias para fazer punir na conformidade das leis os culpados onde os houvesse (apoiados).

Não vem defender o presidente da relação de Loanda, que não conhece, nem precisa conhecer, mas ao governo cumpre, pela sua parte, velar pela consideração que devem ter, em conformidade das leis, as autoridades constituídas, que têm de prestar justiça aos povos (apoiados). Só depois de se fazer o processo competente, é que o juiz pôde ser julgado e considerado criminoso á face da lei; mas declarar aqui corrupto e venal o presidente da relação de Loanda, em virtude de uma carta particular, não lhe parece proprio do illustre deputado, nem da camara, o tomar conhecimento ou qualquer decisão a este respeito.

Este juiz foi nomeado pelo nobre visconde de Sá da Bandeira presidente da relação de Loanda, e quem conhece o nobre visconde de Sá não lhe pôde negar o conhecimento e zelo que tem pelas cousas do ultramar (apoiados). S. ex.ª foi quem o nomeou, e declarou-o probo, honrado e digno de occupar aquelle logar no decreto da nomeação, e depois d'esta consideração official, não basta uma carta particular para o presidente de uma relação ser considerado corrupto (apoiados). Parece-lhe portanto que é necessário haver mais moderação, e proceder com mais cautella (apoiados).

E deixando de parte este incidente, a que entendeu ser obrigado a responder por força do seu dever, ainda que contra sua vontade, porque o illustre deputado sabe quanto o estima e preza, permit-

ta-lhe a camara que faça algumas considerações sobre o negocio de que se occupa, e que proclame desviar do governo a responsabilidade de algumas imputações, que ouviu fazer a diversos oradores que tomaram a palavra antes d'elle orador.

Mas antes d'isso deve dizer á camara qual é a impressão do governo depois da leitura de todos os documentos officiaes que foram submettidos ao seu exame, e qual a impressão que lhe ficou dos acontecimentos de Angola, porque lhe parece isto necessário para o voto que a camara tem de dar sobre este importante objecto.

O governo entende, depois de examinados todos os documentos, que a provincia de Angola se acha em circumstancias dificeis, mas não em circumstancias arriscadas; que as difficuldades da provincia são filhas de actos e acontecimentos anteriores, que não são culpa nem d'este, nem d'aquelle governo, mas sim consequencia inevitável que os factos têm trazido a esta provincia por uma ou outra circumstancia, difficuldades com que luta ha muito tempo. Esta divida de tantos contos de réis que se accusa na provincia de Angola data de longos annos, e tem-se ido accumulando deficits sobre deficits por diversas circumstancias, que seria longo enumerar; mas nos ultimos annos esta circumstancia tem influido desgraçadamente no espirito publico d'aquella possessão, e tem tornado mais grave a posição do governo ali, principalmente na presença de difficuldades occasionadas por movimentos militares que ali tem tido logar.

O governo portuguez não trata agora nem trata ha muitos annos de fazer conquistas na Africa, mas tem tratado de sustentar os limites do seu territorio, de se fazer respeitar perante os potentados vizinhos, de conservar a influencia de que tem gozado, e bem assim de attender ás conveniencias que resultam do commercio com a metropole.

O governo portuguez portanto necessitava manter esta influencia legal, e manter sobre tudo a integridade do territorio e as fronteiras legaes. Procedeu-se ao movimento de tropas ao norte da provincia; ao principio foram felizes, e hoje dão-se por infelicitadas pelo pequeno desastre que soffreram.

Quando depois de uns certos movimentos militares em que entrou uma pequena força, acontece que é morto o commandante, e mais ou menos se desmoralisa a tropa que o acompanhava, não é isto caso para supor em risco a provincia de Angola: isto são pequenos acontecimentos que se dão em todas as guerras, tanto mais que era uma pequena porção de tropa que ia combater numerosas hordas de gentios ainda que sem disciplina.

Em consequencia d'isto seguiram-se outras pequenas infelicitades, e ultimamente uma retirada a que alludiu o seu illustre collega o sr. ministro da marinha, da força que estava no Bembe para o Ambriz, na qual se afogaram a passar o Loge 100 pessoas. Mas podia seguir-se d'aqui também, que estivesse em risco a provincia de Angola?

O que é necessário é que haja perseverança e boa vontade da parte das autoridades, e zelo da parte da metropole; o que é necessário é abastecer com os recursos necessários aquelles que têm de defender a honra nacional n'aquellas paragens.

Aconteceu pelo mesmo tempo proximoamente uma manifestação armada nos povos ao sul da provincia. Se o governo possesse colher pelos documentos que lhe foram submettidos que havia qualquer ligação nos acontecimentos que se deram nas povoações do sul e nas do norte, podia supor que era um levantamento dos sertões contra a provincia, mas vê-se que isso era uma cousa completamente estranha, e portanto não podia influir no animo dos poderes publicos para fazer recear qualquer resultado mais perigoso para aquella provincia.

A guerra que teve logar na provincia do sul foi entre os gentios que brigavam para disputar um certo numero de cabeças de gado, e os que eram vassallos da coroa portugueza recolheram-se aos seus muros defensores, e d'aqui succedeu que querendo dar protecção a estes se envolveram pequenas forças nossas com as hordas de gentios, resultando d'esta guerra muita duxia de homens mortos e outros tantos feridos.

Diria em resposta a um illustre deputado, que pagar tudo quanto se deve a Angola, mandar muita tropa e muito dinheiro, era uma cousa muito boa, mas era necessário ver se isto se podia fazer; nós não pagamos tudo cá nem ainda ninguém propoz que se fosse pagar tudo quanto o estado deve. O que se podia fazer com relação a Angola era collocar o thesouro nas circumstancias de poder pagar em dia aos seus funcionarios, ás tropas indigenas e ás que d'aqui vão, e é isto que é preciso fazer para que se não deem os inconvenientes que os illustres deputados receiam.

O governo antes que fosse perguntado na camara por qualquer medida que se entendia dever tomar a respeito dos acontecimentos de Angola, disse pelo orgão d'elle, orador, sendo ainda ministro da marinha, que já tinha mandado apromptar um navio e arranjar 200 homens que deviam ir reforçar a guarnição d'aquella provincia, e que esta força lhe parecia sufficiente para occorrer ás necessidades da provincia. As circumstancias, porém, aggravaram-se, e depois o governo entendeu que era necessário munir-se das autorisações do parlamento para poder occorrer mais promptamente ás necessidades que se davam n'aquella provincia, e apresentou as respectivas propostas ás cortes.

No momento actual já foram 400 homens, dentro de seis dias partem outros 400, e vão-se preparar mais 200; o governo já mandou 1.000 armamentos completos, e devem estar promptos outros 1.000 no sabbado para partirem nos vapores que para ali vão. O governo mandou preparar 8 bocas de fogo: já vão e as outras 4 vão brevemente; o governo deu também ordem para se prepararem alguns cavallos que devem reforçar o esquadrão de Loanda, o que ali se reputa de muita necessidade, e portanto tem-se dado todas as providencias possiveis, e cre que o parlamento deve conhecer que o governo tem procedido n'este objecto com zelo, lealdade e dedicação pelas cousas publicas, como é dever seu, (apoiados).

Deve também dizer á camara que ha pouco tendo sido proposta por um illustre deputado uma moção, para se nomear uma commissão de inquerito para examinar o estado da provincia de Angola, pedindo o illustre deputado que se decaisse urgente, podia a significação da urgencia declarar-se ao entender-se com o voto de censura ao governo, e foi por essa razão que os membros do governo que são deputados votaram contra a urgencia da proposta, e a camara cre que votou pela mesma razão, ainda que não quer interpretar a votação da camara, mas interpreta a do governo.

Sentiu também que um illustre deputado que o está ouvindo e que se senta perto d'elle, orador, em um discurso que estava fazendo quando elle, sr. ministro, entrava n'esta casa se dirigisse a um collega seu que estava ausente e quem attribuia frases duras, respondesse ainda com frases mais duras e inconvenientes. Sentiu que o illustre deputado que costumava ser tão cortez dentro d'esta casa, agredisse um individuo que não estava presente e que não podia responder. Parece que o illustre deputado se referia ao sr. ministro da fazenda, que respondendo a um discurso do illustre deputado que a pretexto da materia de impostos, fallava na conveniencia de lançar algum imposto sobre alguns gentios infelizes que a sociedade tolera, disse que não era da sua dignidade nem da dignidade da camara,

acompanhar o illustre deputado no seu discurso, nem responder a estas observações.

Sabe que o illustre ministro seu collega podia dizer mais ou menos, mas sabe também que é improprio de um sentimento nobre e digno, que objectos d'esta natureza se tratem levando-os ao ridiculo que apresentava o illustre deputado. O illustre ministro não se achava presente para responder ás observações do illustre deputado, mas elle, orador, estava prompto a tomar a responsabilidade das palavras do seu collega que não são inconvenientes, nem improprias de um ministro, pois os ministros tem obrigação de ter dignidade e de mante-la.

Julgou conveniente fazer estas observações á camara, e dar a explicação por que os ministros votaram contra a urgencia da proposta do sr. Arrobias, assim como entenderem do seu dever acompanhar o relatorio que fez o seu collega ministro da marinha, e tomar com elle a responsabilidade das medidas adoptadas.

O sr. *Soares Franco*:—parece-lhe que se tem dito tudo quanto se pôde dizer a respeito dos acontecimentos de Angola. A provincia de Angola agora entra em uma outra fase, e para isso chama a attenção do governo.

Em quanto se reputou Angola como possessão propria para mandar para lá degradados, tudo correu á revellia, mas hoje que se trata de colonisar a provincia, é necessário organizar uma força permanente que dê garantias, e para isto chama particularmente a attenção do sr. ministro da marinha.

Também lhe parece que o meio que se adopta de organizar uma força composta de contingentes de todos os corpos para irem servir em Angola, não é talvez o mais conveniente, porque os soldados não conhecem os officiaes, não estão acostumados com elles, e por isso não podem fazer tão bom serviço.

Observa que uma das providencias que o governo deve tomar é de fazer rever a legislação de todas as provincias ultramarinas, para conhecer a que pôde ficar, e modificar a que carece de modificações.

Entende que se devem dar todas as garantias aos pretos, mas é necessário civilisá-los primeiro.

Quanto ao deficit que ha na provincia de Angola, nota que esse deficit vem já de longa data. Em 1850 teve a bordo do nau *Vasco da Gama*, quando esteve no Rio de Janeiro, algumas praças que tinham estado nas estações de Angola, a quem se deviam dois annos de soldadas; portanto o deficit é antigo e muito antigo; mas tem-se accumulado constantemente. Como é que em parte se tem feito face a esse deficit? É indo buscar o dinheiro que estava depositado no offere dos defuntos e ausentes, dinheiros estes que é preciso repor logo que haja meios.

Dantes mandavam-se os navios de guerra para o ultramar; não se lhe davam meios, e dizia-se lá se arranjam como podem, e d'aqui vem também ter pesado sobre algumas das nossas provincias ultramarinas uma grande despesa, para satisfazer a qual lhes faltavam recursos e tinham de lançar mão de meios extraordinarios.

Chama a attenção do governo e da camara; do governo por que é responsavel perante a camara, e da camara porque é responsavel perante o paiz, para que o governo e a camara tomem e adoptem as providencias convenientes para salvar a provincia de Angola da crise em que se encontra; crise que não pôde deixar de augmentar, se se continuar a olhar, como até agora, para aquella provincia, não attendendo ao seu estado, a fim de melhorarem e tirarem d'ella, as grandes vantagens de que é susceptivel.

Lastima e muito, as mortes dos nossos irmãos que ali têm tido logar por causa dos acontecimentos que têm occorrido n'aquella provincia, mas foi uma grande fortuna para Portugal, porque foi necessário um grande e triste acontecimento para excitar a attenção dos poderes publicos, para a omissão das nossas possessões ultramarinas. Já por mais de uma vez elle, orador, na qualidade de deputado do ultramar, tem chamado a attenção do governo sobre a provincia de Angola e outras, e nada se tinha feito.

Observa que a provincia de Angola pôde e deve substituir o Brazil em tudo e por tudo, pela riqueza do seu solo. Deve a metropole gastar com ella algumas centenas de contos, e em cinco ou seis annos Angola pôde pagar com usura a despesa que com ella se faça para a melhorar.

Conclue, porque a questão está esclarecida, e tudo do quanto havia a dizer sobre ella já estava dito.

O sr. *Francisco Costa*:—considerar-se-ia culpado perante a sua consciencia, se n'esta occasião não tomasse parte n'este debate. Como tendo exercido um cargo importante na provincia de Angola, não podia ficar silencioso, assistindo a uma discussão tão interessante, como a que se refere a um negocio, sobre o qual assenta a segurança futura d'aquella provincia.

Alguns dos seus illustres collegas têm pretendido fazer d'esta questão uma questão de maioria e minoria; parece-lhe que não fazem bem; porque se trata da salvação de uma possessão do Portugal, que seria considerado um paiz pequeno, insignificante, aos olhos dos estrangeiros, sem as suas possessões de alem mar; portanto sendo este um negocio que interessa a todos, deve-se, para ser bem tratado, pôr-se de parte todas e quaesquer considerações politicas (apoiados).

Também reputa que os nossos inimigos são os pretos, e diz isto sem comto tratar de indagar ou investigar se ha alguns inimigos brancos (apoiados); e os pretos são muito para receber, nas circumstancias em que actualmente está a provincia de Angola (apoiados).

Parece-lhe que a agitação é geral n'aquella provincia. Não diz que o que succede no norte tenha ligação com o que se passa no sul e leste d'esta provincia; mas é preciso attender, e não perder de vista esses acontecimentos; e sobretudo é preciso acabar com essas hordas de pretos indigenas, que se levantam para ir roubar os habitantes de outras localidades, e destruir-lhe os engenhos e estabelecimentos importantes (apoiados). É preciso que as autoridades tenham forças suficientes para evitar estas correrias, este vandalismo, estes roubos, e esta destruição completa de estabelecimentos importantes, onde se gastaram sommas avultadas (apoiados).

Não sabe se com a força que existe em Angola, e a que foi mandada, se poderá levar de vencida tantos gentios sublevados; e por isso lhe parece que mais outros meios é preciso empregar para fazer restituir á autoridade portugueza o prestigio que deve ter, e o respeito que lhe é devido (apoiados).

É preciso que a camara saiba, que no estado de agitação em que está aquella provincia, o commercio paralisa-se completamente; não ha na actualidade permutação alguma, nem tão depressa a haverá, de generos para o interior d'aquella vastissima provincia (apoiados). Ninguém irá pagar direitos dos objectos e mercadorias que d'aqui ou de outra parte lhe forem remetidas, porque os negociantes as não irão despachar por não carecerem d'ellas; portanto a renda dos impostos indirectos soffrerá muito, e será insignificante (apoiados). Os impostos directos é impossivel agora serem cobrados pelas autoridades de Angola; não haverá nenhum funcionario de fazenda que tenha a força de ir agora a certos pontos do interior obrigar os pretos indigenas a pagar o que devem á fazenda nacional. N'estas circumstancias as difficuldades da provincia de Angola, que já tem um deficit de 250.000\$000 réis, pouco mais ou menos, augmentarão muito mais; e não vê que o governador geral, qualquer que elle seja, possa, n'este caso,

prover de remedio ás primeiras necessidades d'aquella provincia, se ella não fór fortemente auxiliada pela metropole (apoiados). Chama a attenção do governo sobre este ponto, porque lhe parece que 100.000\$000 réis não é quantia sufficiente para attender a estas circumstancias tão extraordinarias e excepcionaes.

Não pôde também deixar de chamar a attenção do governo sobre a absoluta falta de hospites, não diz já em Benguela e Mossamedes, mas na capital. Ha muito que tem chovido sobre o governo da metropole, reclamações dos governadores geraes da provincia de Angola, sobre a necessidade absoluta que ha de se proceder a novas construcções de estabelecimentos para hospites, porque os que lá havia caíram, desabaram, estão quasi completamente em terra. O hospital da misericórdia de Loanda é muito pouco proprio e assás acanhado e mal construido para o fim a que está applicado, e mesmo assim, podendo conter pouco mais de 200 enfermos tem parte do edificio derrocado.

Não teve conhecimento das noticias officiaes que o governo recebe, mas nas noticias particulares que elle, orador, recebera de pessoas que lhe merecem todo o credito, se lhe assevera, que o procedimento do governador de Mossamedes não foi o mais proprio, o mais curial, e o mais decidido para uma autoridade da sua categoria (apoiados).

Antes do actual governador de Mossamedes, esteve aquelle districto confiado a um distincto official, o major Fernando da Costa Leal, cujo zelo, probidade, e energia é conhecida de muitos membros do parlamento (apoiados); este digno official desempenhou perfeitamente aquella commissão de governador do districto de Mossamedes; mas quando se esforçava por completar algumas obras uteis merecedoras de galardão e justa recompensa, levantou-se diante de si uma d'essas tristes e pequenas intrigas que algumas vezes costumam, pelo menos, inquietar os funcionarios do ultramar; a ponto de os desgostar por verem perdidas as suas vigílias, menosprezados o seu patriotismo, e, em fim, inquieto o seu espirito, mesmo quando se lhes não assacava, como aquelle não assacaram, falta de probidade no desempenho de suas funcções. Estas intrigas deveram ter sido desattendidas e desprezadas pelo principal funcionario da provincia. Mas não aconteceu assim, infelizmente, e o major Leal desgostoso pela pouca consideração que lhe era dada, por motivos que elle desconhecia, resolveu retirar-se do seu governo e voltar á Europa, onde nem um agradecimento se lhe deu! Eis como foram attendidos e recompensados os valiosos serviços do official de que falla, que os podia ter continuado a prestar, ainda melhores n'aquelle paiz, onde tanta mingua ha de gente d'este prestimo e qualidades! (apoiados).

Quanto ao capitão Sousa, pede licença ao illustre ministro da marinha, e ao nobre deputado o sr. Baldino, para rectificar um engano que nos discursos de s. ex.ª lhe parecia ter ouvido. O capitão Sousa não podia fazer mais do que fez ao atravessar o rio Loge. Accossado por um grande numero de indigenas veio resistindo-lhe desde o Quiballa até ao Loge, e só quando já não tinha mais pólvora é que se resolveu a transpor aquelle rio. Que mais poderia fazer um bom militar? O capitão Sousa sempre foi um official digno, disciplinado, e até já foi promovido por distincção em outra guerra com gentios.

Observa, que em 1852 o rendimento da provincia de Angola era de 224.000\$000 réis, pouco mais ou menos. Em 1850 no orçamento mandado de Angola, vinha calculada a receita em 400 e tantos contos. Logo o rendimento da provincia dobrou. É verdade que as despesas tem crescido desde 1852 para cá, mas não em tal importancia, que chegue ao dobro da que então se fazia; mas o facto é que apesar da receita ter dobrado, e a despesa não ter duplicado em relação a 1852, o deficit da provincia cada vez é maior, e a divida tem augmentado progressivamente. Não sabe as causas d'isto, e essas causas é que cumpre indagar, attender e remediar como convier.

Parece-lhe que ha graves e grandes erros na administração da provincia de Angola, e sobre tudo, na administração de fazenda. A administração civil, propriamente dita, não lhe parece que esteja isenta de grandes vicios. E o augmento da despesa publica, e o estado da divida faz crer que ha effectivamente grandes vicios nos diferentes ramos de administração n'aquella colonia.

Ali deve-se aos servidores publicos, á tropa, e aos cofres dos orphãos e ausentes, aos quaes cumpre pagar; mas o governo não pôde agora attender ás reclamações dos incumbidos d'esses cofres, com os meios que foram postos á sua disposição, porque primeiro que tudo está a salvação da provincia (apoiados): attenda-se a esta, e depois se pensará no modo de pagar essas dividas.

Ouvira fallar n'uma commissão de inquerito á secretaria da marinha, a fim de indagar o modo por que os ministros encarregados d'aquella repartição têm procedido a respeito dos assumpto de que se trata. A este respeito desejava que entre nós se fizesse o mesmo que o governo que melhor sabe administrar as suas colonias costuma praticar. Fallava do governo neerlandez que em 1816 e 1825, mandou á sua valiosa colonia de Java commissarios regios especies encarregados de indagar, investigar as causas da sua decadencia, dos seus trans-tornos financeiros, e da má direcção da sua administração. Os resultados d'essas investigações, a profundidade de taes medidas, estão exuberantemente indicadas no livro de mr. de Hogendorp, que trata da colonia de Java, e de que sem duvida muitos membros d'esta camara têm conhecimento. Porque não aprenderiamos nós n'estes exemplos e outros a governar as nossas possessões?

Pertante a commissão de inquerito que proporia á camara, seria uma commissão composta de tres individuos muito versados em objectos de administração, que fossem indagar as causas da decadencia da provincia de Angola. Pois a receita d'esta provincia dobra, não deve ter duplicado a despesa, e a provincia cada vez está mais empenhada? De que procede isto? Quem é, ou quem são os causadores d'este mal? Não critica nem accusa ninguém; mas deseja, e deseja ardentemente, que se proceda a uma minuciosa investigação e exame das causas que tem produzido effectos tão deploraveis (apoiados).

Depois de um inquerito assim feito, desejaria que se nomeasse para aquella provincia um governador geral a quem se desse um maior estipendio que actualmente está estabelecido, porque um governador geral com 4.000\$000 réis ali não é possivel comer, quanto mais viver (apoiados). O governador geral com um ordenado pequeno e miseravel não pôde satisfazer ás despesas inherentes ao cargo que occupa (apoiados).

É preciso pois mandar para ali um homem com intelligencia e integridade (apoiados), embora pauroso; porque não pôde considerar os militares como homens mais competentes para subentenderem sobre todos os ramos de administração publica qualquer que este seja; não pertence com isto lançar censura aos militares; o militar quando é bom militar, já tem feito muito.

O que é certo é que os habitantes da provincia de Angola acham-se em grande susto; é preciso que a metropole lhe dê, como parece dar-lhe agora, os meios de segurança e tranquillidade, não esquecendo providenciar sobre as suas primeiras necessidades.

Depois de ter feito estas indicações ao governo, não pôde deixar de chamar a attenção d'elle sobre a necessidade que ha de mandar para a provincia de Angola uma grande força de cavallaria (apoiados), porque os indigenas têm um grande receio e medo na presença dos cavalleros, porque é creença entre elles que aquelles animais comem gente, ferro e madeira (riso).

Observa que uma das medidas que pede é reclamar com toda a energia, é o castigo de todos os officiaes discolos e cobardes (apoiados repetidos). Deseja que se proceda a um conselho de guerra sobre o procedimento de taes officiaes (apoiados). Quer e pede que sejam premiados aquelles que se honveram com honra e bravura (apoiados repetidos); mas também quer e pede que se castiguem severamente os discolos e os cobardes (apoiados), a estes quer vê-los sem farda ás costas (apoiados, muito bem). É esta uma medida de moralidade que, em nome do paiz, solicita do governo com todas as suas forças (apoiados).

Observa igualmente que no interior da provincia não ha cirurgieiros, nem boticas, e que os habitantes morrem ao mais completo desamparo; deseja, pois, que o governo trate de nomear para ali alguns cirurgieiros e boticarios, remunerando-os devidamente; porque era preciso que se soubesse que é um grande mal, e pratica-se uma grande inconveniencia em amesquinhar os ordenados dos empregados que vão para o ultramar (apoiados).

Vêja-se o que ainda ha pouco fez o governo hespanhol quando mandou um governador geral para Fernando Pó, deu-lhe de ordenado 8.000 pesos fortes, affora 2.000 de ajuda de custo para outras despesas, que deverá fazer na qualidade de primeiro magistrado d'aquella pequena possessão. E nós aqui damos quatro insignificantes contos de réis ao governador geral de Angola, que mal lhe ha de chegar para si, quanto mais para receber e tratar com estrangeiros que costumam ir áquella provincia, e com quem o governador será obrigado a manter actualmente relações diplomaticas (Vozes:—deu a hora).

Em fim, em Angola carece-se de maior numero de soldados, de muito dinheiro mais, e de grandes reformas na administração, tanto militar e civil, como na de fazenda. Não fallaria agora no que diz respeito ao ramo ecclesiastico para não cansar a camara, e a si mesmo.

Como deu a hora, termina aqui as suas observações, agradecendo á camara a benevolencia com que o attendeu (apoiados, muito bem). O orador foi cumprimentado por varios srs. deputados.

O sr. *Ferreira*:—remette para a mesa um parecer da commissão do ultramar.

O sr. *Felipe*:—manda para a mesa um parecer da commissão ecclesiastica sobre a criação de um cura coadjutor na freguezia do Senhor Bom Jesus, do logar de Ilabo de Peixe, no concelho da Ribeira Grande, districto de Ponta Delgada. A commissão tendo em vista as considerações expendidas no seu relatorio, é de parecer que seja deferido o requerimento da junta de parochia da mesma freguezia, e pede ao governo queira providenciar como for de justiça.

A imprimir.

O sr. *Presidente*:—declara que hoje ha sessão nocturna, tendo logar a chamada ás oito e meia horas, para continuar a discussão sobre o projecto n.º 49, relativo ao codigo de credito predial, e levanta a sessão.—*Eravam quatro horas da tarde.*

Relação dos srs. deputados que, na sessão de 12 de junho, estiveram presentes á chamada á meia hora depois do meio dia

Afonso Botelho, Cancellia, Baldino, Braamcamp, Alves Martins, Antonio de Carvalho, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Ferreira Pontes, Barros e Sá, Henriques Seco, Arrobias, Couto Monteiro, Pequito, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Rodrigues Sampaio, Yaz da Fonseca, Palmeirim, Zefirino Rodrigues, Bartholomeu dos Martyres, Belchior Garcez, Bento de Freitas, Carlos Bento, Castro Ferreira, conde da Torre, Rebello de Carvalho, Teixeira da Motta, Faustino da Gama, Mousinho de Albuquerque, Bivar, Diogo de Sá, F. J. da Costa e Silva, Gavieiro, F. Pinto Tavares, Rodrigues Balthia, Soares Franco, Gaspar Teixeira, Pereira de Carvalho, Palma, Jacinto de Andrade, Martens Ferrão, Mello e Minas, J. J. de Azevedo, Mello Soares, Almeida Pessanha, Rebello Cabral, Castro Portugal, Aragão Mascarenhas, Sousa Machado, Calça e Pina, Noronha e Menezes, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria Guimarães, Silva Cabral, Infante Pessanha, Sousa Pinto Basto, Encarnação Coelho, Guilherme Pacheco, Alves Chaves, Chrispiano da Fonseca, Alarcão, J. M. da Costa e Silva, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Freitas Branco, L. Pinto Tavares, Afonseca, Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Mariano de Sousa Feio, Monteiro Castello Branco, Jacome Correia, Flacido de Abreu, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Pinto da Franca, Simão Maria de Almeida, visconde de Pindella, visconde de Portocarrero.

SESSÃO NOCTURNA DE 14 DE JUNHO

PRESENCIA DO EX.ª SR. D. RODRIGO DE MENEZES

As nove horas da noite verifica-se, pela chamada, estarem presentes 71 srs. deputados.

O sr. *Presidente*:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

O sr. *Presidente*:—o sr. Chamiço fez saber á mesa que não pôde comparecer á sessão nocturna por motivo justificado.

Sendo esta sessão destinada á continuação da discussão do projecto de lei n.º 49, vão ler-se algumas propostas, que na ultima sessão foram mandadas para a mesa.

Lêem-se na mesa e são as seguintes:

«Requeiro que sejam convidados todos os illustres srs. deputados para mandar para a mesa todas as propostas que tiverem a remetter acerca do projecto em discussão.»—*José Guilherme.*

É admittida á discussão.

A segunda é a seguinte:

«Requeiro que os srs. deputados que tiverem emendas, additamentos ou substituições a offerecer ao projecto de codigo do credito predial, sejam convidados a mandar as suas propostas para a mesa, para serem enviadas á commissão.»—*A. Gonçalves de Freitas.*

O sr. *Gonçalves de Freitas*:—pede para retirar a sua proposta, visto ser ella conforme á que acabou de ser admittida.

É retirada.

A terceira proposta é a seguinte:

«Requeiro que a commissão no seu parecer traga tanto as emendas que approva, como as que rejeita, e que sejam impressas todas.»—*Ferreira.*

É admittida á discussão.

A quarta proposta é a seguinte:

«Requeiro que sejam convidados os illustres membros da commissão para assignarem o parecer que se acha sobre a mesa, e para trazer o seu parecer sobre as propostas que rejeitou.»—*Moraes Carvalho.*

O sr. *Gonçalves de Freitas*:—esta proposta está prejudicada desde que na sessão em que ella foi apresentada, a commissão declarou que tomava a responsabilidade do parecer.

Consultada a camara se a admittia á discussão, não houve vencimento.

O sr. *Gonçalves de Freitas*:—a commissão já formulou o seu juizo sobre as emendas, substituições e additamentos que lhe foram enviados, mas como

havia muitos srs. deputados inscritos sobre a ordem, que tinham de oferecer mais emendas e substituições ao projecto, entendendo que era mais regular esperar pela apresentação d'essas propostas, e apresentar depois o seu parecer sobre todas.

O sr. Ferrer—como o sr. relator da comissão declara que ella ha de trazer a camara o seu juizo sobre todas as emendas e alterações, pede licença para retirar a sua proposta.

A camara annue a que o sr. Ferrer retire a sua proposta.

O sr. Telles de Vasconcellos—manda para a mesa a seguinte proposta:

«São registráveis, mas gratuitamente os bens pertencentes ás camaras municipales, corporações religiosas e estabelecimentos pios, entendendo-se que a gratuidade do registro se entende unicamente para o averbamento dos bens que possuem na actualidade, e não com relação ás transacções que possam fazer, sejam ellas quaes forem.»—*Telles de Vasconcellos.*

É admittida á discussão.

O sr. Cancellia—envia para a mesa a seguinte proposta:

Art. 1.º (additamento) n.º 1.º O credito procedente do preço dos moveis vendidos ao devedor, e ainda existentes em se poder. (Os numeros do projecto soffrem a competente alteração.)

§ unico, n.º 2.º, acrescente-se—excepto sendo tirados por dolo, porque n'esse caso ficam sujeitos, etc.—(como se diz no n.º 1.º, ou comprehendendo esta disposição na redacção do n.º 1.º e supprimindo o n.º 2.º)

Art. 11.º (additamento) n.º 1.º A que tem o vendedor dos respectivos bens pelo preço dos mesmos.

N.º 2.º A que tem o que emprestou dinheiro para a compra d'esses mesmos bens, constando da escritura, ou titulo que o emprestimo era para esse destino, e verificando-se a compra d'esses ditos bens. (Nos numeros do artigo altera-se tambem a numeração para se seguir áquelle.)

N.º 2.º Em seguida das palavras—dos seus bens—acrescente-se—corporações, e quaesquer estabelecimentos—o mais como está.

Art. 16.º (assim redigido) As hypothecas mixtas resultam.

N.º 1.º De sentença, nos casos, etc. (O resto como está no artigo.)

(Additamento) n.º 2.º De penhora.

(Additamento) n.º 3.º Do delicto, desde a data do despacho da pronuncia para indemnisação dos prejuizos, nos termos de direito.

Art. 18.º (additamento) Salvo precedendo a competente autorisação, ou licença.

Art. 24.º, § 14.º (additamento) Em seguida á palavra—poderá—acrescente-se—sob sua responsabilidade—e o mais como está no mesmo §.

Art. 29.º (additamento) E as de que trata o mesmo artigo n.º 1.º—nos bens vendidos de que se deve o preço—e as do n.º 2.º—nos bens para cuja compra foi feito o emprestimo (NB. O n.º 7.º declarado no artigo, passa a ser o n.º 9.º)

Art. 32.º (additamento)... pela penhora nos bens em que esta se effectua, e pela pronuncia em todos os bens do delinquente.

Art. 47.º, n.º 1.º (additamento) Depois da palavra—superior—ponha-se—á dois terços do valor—e o mais do mesmo numero.

Art. 55.º (additamento) § 3.º Os registros por penhora em vista das certidões da mesma penhora.

§ 4.º Os registros por pronuncia em presença da certidão do competente despacho ou nota equivalente.

Art. 107.º (additamento) Depois da palavra—bens—hypothecados—e o mais como está.

Art. 171.º (additamento) Depois da palavra—menor—ou a elle equiparado—e o mais como no artigo.—*Agostinho Cancellia.*

É admittida á discussão.

O sr. Bivar—manda para a mesa o seguinte additamento ao artigo 168.º, e declara que quando a comissão trouxer o seu parecer o sustentará.

«Artigo 168.º Os rendimentos de bens vinculados são susceptíveis de hypotheca, pela forma declarada na presente lei, para garantias de dividas que seja necessario contrahir, ou com o fim de melhoramentos certos e determinados dos mesmos bens, ou do pagamento de outras dividas mais onerosas, contrahidas por escriptura publica ou documento de igual força até á publicação da presente lei.»—*Bivar—D. José de Alarcão.*

O sr. Ferrer—manda tambem para a mesa a seguinte proposta:

«Proponho, como substituição ás hypothecas mencionadas no § 2.º do artigo 11.º e no artigo 24.º e seus §§, o systema combinado da caução, e consignação em juizo do producto dos rendimentos e da venda dos moveis de luxo e dos damificaveis, collocado productivamente a favor dos curatellados.

«Se esta substituição não for approvada, proponho ainda, como substituição áquelle hypotheca, a hypotheca geral sem registro, podendo o curador, quando lhe convier, pedir a redução á hypotheca especial, a qual será registrada. Mas no primeiro caso registrar-se-ha o onus da curatella.

«Proponho a eliminação dos §§ 14.º e 15 do artigo 24.º»

«Proponho em lugar da acção da assignação de dez dias, como meio de expropriação hypothecaria, consignada no tit. 11.º, que a hypotheca tenha o caracter legal de venda a remir dentro de dez annos a contar do dia, em que o pagamento devera ser feito, ficando ao credor o direito de chamar dentro d'elles o devedor a contas dos fructos, e do capital, juros e despesas feitas, com a comminação de que, não pagando, perderá o direito da remissão.

«Estas doutrinas, se a comissão as approvar, serão desenvolvidas e reduzidas a artigos em harmonia com as outras emendas mandadas para a mesa e com as doutrinas do resto do projecto.

«Sala da camara, 13 de junho de 1860.—*Ferrer.*»

O sr. Mousinho de Albuquerque—tambem manda para a mesa a seguinte proposta:

«Tendo-se sugerido em alguns annos um justo receio de os proprietarios, cujos titulos foram perdidos, já na epocha da invasão dos francezes em 1810, já posteriormente, não possam sem contestarem registrar os titulos da sua propriedade, recommendo á comissão este assumpto, para que julgando-o necessario, se digne inserir na lei algum artigo tendente a remover este receio.»—*F. L. Mousinho de Albuquerque, deputado por Leiria.*

O sr. Santos Lessa—igualmente envia para a mesa as seguintes alterações:

«Proponho que ao artigo 42.º se acrescente em seguida á palavra registro—para os direitos adquiridos em virtude de qualquer titulo ou contrato feito depois da publicação d'esta lei—

«Ao § unico do mesmo artigo se deve acrescentar:

«rado o registro, com declaração á margem do emolumento que recebeu, e assignada a mesma cota, entregará o titulo ao apresentante.

§ unico. Será sempre apresentado em duplicado o titulo que for a registrar, quando seja escripto particular, ou documento que não tenha o original em cartorio ou arquivo publico, e verificada a sua conformidade o conservador, feito o registro, archivará um e entregará o outro ao apresentante com a cota nos termos d'este artigo.»—*Antonio dos Santos Lessa.*

O sr. Carvalho de Abreu—manda para a mesa a seguinte proposta:

Rectifico a minha emenda ao artigo 36.º apresentada na sessão nocturna de 6 do corrente.

Em vez de—10.º o direito de remissão—leia-se—eliminado o n.º 9.º d'este artigo—

Additamento ao additamento da comissão sobre o n.º 3.º do artigo 11.º

Depois das palavras—que importe venda—diga-se—bem como das deteriorações dos moveis não estimados ou estimados de modo que não importe venda—

Proponho que se harmonise a redacção do artigo 37.º com a do artigo 4.º

Additamento ao artigo 38.º: N.º=O dote instituido ou estimado de modo que não importe venda—

Additamento ao artigo 135.º: Ao n.º 1.º depois da palavra—falsidade—acrescente-se—ou nulidade—e o resto como está no mesmo n.º—*Guilherme Augusto Pereira de Carvalho de Abreu.*

Todas estas propostas sendo admittidas são enviadas á comissão.

O sr. Guilherme Pacheco—diz que na ultima sessão que se tratou d'este projecto mandará para a mesa um requerimento, a fim de que se julgasse a materia discutida, ficando porém salva a discussão e votação sobre as emendas, substituições e additamentos offerecidos aos diferentes artigos do projecto, visto que a comissão tem de apresentar o seu parecer sobre todas essas propostas. Este requerimento porém não se chegou a votar por falta de numero; mas estando publicado no *Diario*, pedia ao sr. presidente que fivesse a bondade de o submeter á votação.

O sr. Presidente—estes requerimentos não se fundamentavam, e por isso não o punha á votação.

Tendo os srs. Aragão e Ferrer cedido da palavra sobre a materia, por isso que entendiam mais conveniente usar d'ella quando a comissão trouxesse o parecer sobre as diferentes propostas que lhe foram remittidas;

O sr. Presidente—declara que não pôde pôr os dois artigos á votação, porque não considera a inscripção extinta, visto que os srs. deputados que estavam inscritos declararam que usariam da palavra quando a comissão trouxer o seu parecer sobre as diferentes emendas, substituições e additamentos que lhe foram enviados; portanto parecia-lhe melhor levantar a sessão (apoiados). A ordem do dia para sabado era em primeiro lugar o parecer das commissões de fazenda e ultramar sobre a proposta do governo para ser autorisado a dispendir 100.000\$000 réis para occorrer ás despesas com a expedição de Angola, e depois a mesma que estava dada, e levanta a sessão.—*Erão quasi dez horas da noite.*

Relação dos srs. deputados que, na sessão nocturna de 14 de junho, estiveram presentes á chamada feita ás nove horas

Afonso Botelho, Cancellia, Azevedo Cunha, Antonio Eleuterio, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Ferreira Pontes, Henriques Seco, Arrobas, Pequeto, Pinto de Albuquerque, Lopes Branco, Vaz da Fonseca, Peixoto, Sousa Azevedo, Zeferino Rodrigues, Belchior Garcez, Carlos Bento, Conde da Torre, Rebello de Carvalho, Teixeira da Motta, Mousinho de Albuquerque, Filipe Folque, Bivar, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, F. J. da Costa e Silva, Gavicho, F. de P. Pinto Tavares, Soares Franco, Pereira de Carvalho, Blanc (Hermenigildo), Palma, Jacinto de Andrade, Gomes de Castro, Martens Ferrão, J. J. de Azevedo, Mello Soares, Almeida Pessanha, Castro Portugal, Aragão Mascarenhas, Sousa Machado, Calça e Pina, Coelho de Carvalho, Neutel, Pinto de Magalhães, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, José Estevão, Guilherme Pacheco, Alves Chaves, Alarcão, José Maria de Abreu, J. M. da Costa e Silva, Frazão, Latino Coelho, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Rebello da Silva, Mendes de Vasconcellos, L. Pinto Tavares, Teixeira de Sampaio, Affonseca, Marianno de Sousa Feio, Monteiro Castello Branco, Pedro Roberto, Placido, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Simão Maria de Almeida, Thiago Horta, Ferrer, visconde de Pindella.

Parecer das commissões reunidas de fazenda e ultramar, sobre a proposta de lei apresentada pelo sr. ministro da marinha em sessão de 14 do corrente, autorisando a applicação de mais 100.000\$000 réis ás despesas ordinarias e extraordinarias da provincia de Angola.

As commissões reunidas de fazenda, e do ultramar, examinaram a proposta deli apresentada hoje pelo governo, a fim de ser autorisado a applicar ás despesas ordinarias e extraordinarias da provincia de Angola até á quantia de 100.000\$000 réis, ampliando por este modo a somma que lhe foi concedida pela carta de lei de 11 de maio ultimo; e convencidas as commissões da urgencia da authorisação pedida, são de parecer que a proposta do governo seja convertida no seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º Alem da somma que já foi votada na carta de lei de 11 de maio d'este anno, é o governo autorisado a applicar ás despesas ordinarias e extraordinarias da provincia de Angola até á quantia de 100.000\$000 réis.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala das commissões reunidas, 14 de junho de 1860.—*Antonio José d'Ávila—Vicente Ferrer—J. P. Pinto de Magalhães—B. F. de Alarcão—A. Azevedo Cunha—Arrobas, com declaração—Soares Franco—Francisco Joaquim da Costa—João de Sousa Machado—A. R. Sampaio—Carlos Cyrillo Machado—Francisco José da Costa Lobo—Joaquim Gonçalves Mamede—Justino Antonio de Freitas—Thomás de Carvalho—A. X. Palmeirim.*

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º Alem da somma que já foi votada na carta de lei de 11 de maio d'este anno, é o governo autorisado a applicar ás despesas ordinarias e extraordinarias da provincia de Angola até á quantia de 100.000\$000 réis.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala das commissões reunidas, 14 de junho de 1860.—*Antonio José d'Ávila—Vicente Ferrer—J. P. Pinto de Magalhães—B. F. de Alarcão—A. Azevedo Cunha—Arrobas, com declaração—Soares Franco—Francisco Joaquim da Costa—João de Sousa Machado—A. R. Sampaio—Carlos Cyrillo Machado—Francisco José da Costa Lobo—Joaquim Gonçalves Mamede—Justino Antonio de Freitas—Thomás de Carvalho—A. X. Palmeirim.*

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º Alem da somma que já foi votada na carta de lei de 11 de maio d'este anno, é o governo autorisado a applicar ás despesas ordinarias e extraordinarias da provincia de Angola até á quantia de 100.000\$000 réis.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala das commissões reunidas, 14 de junho de 1860.—*Antonio José d'Ávila—Vicente Ferrer—J. P. Pinto de Magalhães—B. F. de Alarcão—A. Azevedo Cunha—Arrobas, com declaração—Soares Franco—Francisco Joaquim da Costa—João de Sousa Machado—A. R. Sampaio—Carlos Cyrillo Machado—Francisco José da Costa Lobo—Joaquim Gonçalves Mamede—Justino Antonio de Freitas—Thomás de Carvalho—A. X. Palmeirim.*

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º Alem da somma que já foi votada na carta de lei de 11 de maio d'este anno, é o governo autorisado a applicar ás despesas ordinarias e extraordinarias da provincia de Angola até á quantia de 100.000\$000 réis.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala das commissões reunidas, 14 de junho de 1860.—*Antonio José d'Ávila—Vicente Ferrer—J. P. Pinto de Magalhães—B. F. de Alarcão—A. Azevedo Cunha—Arrobas, com declaração—Soares Franco—Francisco Joaquim da Costa—João de Sousa Machado—A. R. Sampaio—Carlos Cyrillo Machado—Francisco José da Costa Lobo—Joaquim Gonçalves Mamede—Justino Antonio de Freitas—Thomás de Carvalho—A. X. Palmeirim.*

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º Alem da somma que já foi votada na carta de lei de 11 de maio d'este anno, é o governo autorisado a applicar ás despesas ordinarias e extraordinarias da provincia de Angola até á quantia de 100.000\$000 réis.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala das commissões reunidas, 14 de junho de 1860.—*Antonio José d'Ávila—Vicente Ferrer—J. P. Pinto de Magalhães—B. F. de Alarcão—A. Azevedo Cunha—Arrobas, com declaração—Soares Franco—Francisco Joaquim da Costa—João de Sousa Machado—A. R. Sampaio—Carlos Cyrillo Machado—Francisco José da Costa Lobo—Joaquim Gonçalves Mamede—Justino Antonio de Freitas—Thomás de Carvalho—A. X. Palmeirim.*

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º Alem da somma que já foi votada na carta de lei de 11 de maio d'este anno, é o governo autorisado a applicar ás despesas ordinarias e extraordinarias da provincia de Angola até á quantia de 100.000\$000 réis.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

concorrença, verdadeiro aguilhão da industria, na linguagem de um insigne publicista. E n'esta epocha que não satisfeito o governo com os absurdos direitos de importação, sobe de ponto no vexame, impedindo que certos artigos não sejam admittidos a despacho, mesmo com alto direito, sem que tenham um determinado peso.

A seda manufacturada, por exemplo, só se admittia a despacho, sendo o seu peso de 100 arrateis, e era tomada caso esse peso fosse menor.

O contrasenso de uma tal disposição é tão saliente que me abstenho de o commentar.

Assim é que a portaria de 16 de novembro de 1847 ordenou que a seda desse entrada a despacho sem essa clausula odiosa.

Na alfandega do Funchal ainda vigora, contudo, aquella disposição, disposição que d'ali houvera desaparecido como muitas outras, se acaso o governo da metropole entendesse que a alfandega da sua ilha, situada no meio do oceano, no caminho da grande navegação, interessada em atrahir ali o commercio, sem o pretexto especioso de fabricas a proteger, e a vinte e quatro horas do archipelago das Canárias, onde leis previdentes garantem o principio da livre troca; que uma ilha, digo, n'estas circunstancias não pôde ser regida pelas mesmas disposições que a alfandega de Lisboa.

Em quanto, pois, se não organisa definitivamente uma pauta especial para a Madeira, tenho a honra de submeter á vossa apreciação, senhores, o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É tornado extensivo á alfandega do Funchal o artigo 2.º das disposições preliminares da pauta geral de 1856.

Art. 2.º É revogada toda a legislação em contrario.

Sala da camara, 28 de maio de 1860.—*L. V. d'Afonseca, deputado pelo circulo do Funchal—D. Luiz da Camara Leme, deputado pelo circulo da Calheta.*

O governo de sua magestade catholica, desejando facilitar aos astrónomos estrangeiros o estudo do eclipse total do sol, que deve verificar-se no dia 18 de julho proximo, ordenou que se permita a entrada, livre de direitos, dosapparehos e instrumentos que necessitem para as suas observações, acreditando cada individuo a sua qualidade de estrangeiro por meio do passaporte, e affiançando, até á reexportação dos citados instrumentos, a importancia de seus respectivos direitos.

Para este effeito foram já expedidas as necessarias ordens ás alfandegas de Santander, Bilbao, S. Sebastião, Yrun, Elizondo, La Junquera, Barcelona, Tarragona, Castellon e Valencia, e dadas as instrucções aos governadores das provincias em que será mais notavel o eclipse, a fim de que prestem aos astrónomos toda a cooperação e auxilio para levarem a effeito as suas observações.

Igualmente se recommendou aos reitores das universidades de Valladolid, Oviedo, Valencia, Barcelona e Zaragoza, que cada um designe um cathedrático da faculdade de sciencias exactas, que facilite ás commissões scientificas todas as noticias de que possam carecer.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 12 do corrente, e de Paris até 10.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espanha*:

Paris, 10 de junho—O *Constitutionnel* publica um artigo no qual tranquillisa o publico pela commoção que na vespera (9) produziu a noticia de que os inglezes tinham occupado o castello de Castellamare.

Marsella, 10—Dizem as cartas de Palermo que todas as ruas estão desimpedradas, que ha mais de tres mil barricadas, e algumas muito fortes, que as tropas occupam edificios importantes, porém que havia falta de viveres.

Garibaldi recebeu mais quinze peças de artilheira, e dinheiro em abundancia.

O bombardeamento fez grandes estragos, porém poucas victimas.

As forças insurreccionadas procuram e matam os agentes de policia e os espíes. Foi assassinado o prefeito de Girgenti.

O jornal do governo provisório de Palermo publicou um decreto ordenando uma leva geral de manobras de quinze a dezeseis annos.

Um conselho de guerra julgará os delictos politicos commettidos contra a Italia pelo governo transacto.

Na enseada estão cincoenta navios de guerra, e a esquadra napolitana estava preparada para receber as tropas, não obstante ter sido o armistício prorogado só até ao dia 8.

Garibaldi diz que quer que a Italia seja livre, mas que rejeita tanto o governo dos Bourbons, como o protectorado da Inglaterra.

Lamoricière mandou forças para a fronteira que está ameaçada por novas guerrilhas.

Turim, 10—Parece que o rei Francisco prepara uma constituição para dar ao povo napolitano.

Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*:

Turim, 9 de junho—Dizem as correspondencias de Palermo, que no dia 4 Garibaldi publicou muitos decretos administrativos, creou uma nova municipalidade, e que o seu ministerio se compunha do barão Pesano, Orsini, Crispi, Andolini, e Coligni.

Affirma-se que Garibaldi encontrou 24.000.000 francos nas caixas do thesouro.

Londres, 9—Na camara dos lords foi energicamente censurada a crueldade de se ter bombardeado a cidade de Palermo. O facto foi qualificado de crime commettido pelo governo napolitano.

Um dos ministros disse que deseja que o papa introduza reformas liberas nos seus estados, e que, se sua santidade deseja a presença de um embaixador inglez, a Inglaterra não terá duvida em lh'o enviar.

Munch, 9—Nota-se a maior actividade nas communicações diplomaticas. Ha grande receio em todos os estados que confinam com a França.

Baden, 10—A noticia de que o imperador Napoleão tencionava conferenciar com o principe regente da Prussia tranquillizou muito os espiritos. Espalhou-se o boato de que o imperador dos francezes tem em vista dar explicações tranquillizadoras.

INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

III.º sr.—Participo a v. s.ª que a 14 do corrente meaz, pelas tres horas da noite, as torres de signal chamaram os socorros contra o incendio, que se tinha manifestado em um armazem de vinhos e aguardentes com o n.º 64, na rua da Boa Vista. O fogo foi communicado, não se sabe como, a um estroado de madeira e a alguns cascos vazios, no fundo do armazem; e era fortemente alimentado pelo azeite, que corria de umas talhas de folha de flandres, que tinham sido desolladas pelo calor. Os socorros appareceram com a necessaria celeridade, e o incendio não progrediu.

Deus guarde a v. s.ª Lisboa, 14 de junho de 1860.—III.º sr. vereador do pelouro dos incendios.

—O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, *Joaquim Julio Pereira de Carvalho.*

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA				
	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
JUNHO-13	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	753,99	19,1	72,1	SO.
3 t.	753,24	20,0	67,8	OSO.

DIA 12.

Maxima—temperatura..... 22,7 C.
Minima..... 17,0 "
Ozone (de noite)..... 5,5 "
Ozone (de dia)..... 4,5 "
Chuva (adometro)..... 1,5 MIL.
Evaporação (vaporimetro)..... 5,4 "
Altura barometrica correcta.
Altitude do barometro 95,1 metros.
Temperatura á sombra.

	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
JUNHO-14	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	757,32	17,6	57,7	NNO.
3 t.	756,78	19,0	48,8	NO.

DIA 13.

Maxima—temperatura..... 21,5 C.
Minima..... 14,9 "
Ozone (de noite)..... 7,0 "
Ozone (de dia)..... 8,0 "
Chuva (adometro)..... 3,5 MIL.
Evaporação (vaporimetro)..... 6,5 "
Altura barometrica correcta.
Altitude do barometro 95,1 metros.
Temperatura á sombra.

NOTICIAS COMMERCIAES

FUNDOS ESTRANGEIROS (Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 13 de junho—3 por cento consolidado a 49,30 e 49,25—3 dito differido a 39,40.

Em 14 de junho—3 por cento consolidado a 49,25—3 dito differido a 39,30.

Bolsa de Paris, em 13 de junho—3 por cento francez a 68,55—4 1/2 dito a 96,60.

Bolsa de Londres, em 13 de junho—Consolidados de 93 3/8 a 93 3/4.

AVISOS

ASYLO DE MENDICIDADE

No domingo proximo, 17 do corrente, deverá ter lugar na praça do campo de Santa Anna a primeira corrida de touros em beneficio d'este pio estabelecimento, que se ha de levar a effeito com o costume do luzimento, dignando-se de offeitar para a mesma corrida, pela maneira mais louvavel e generosa, o ill.º sr. João Vicente de Almeida, de Benavente, uma praça completa dos seus excellentes e apurados touros, e que sómente quiz conceder para serem corridos gratuitamente em favor da pobreza desvalida, tornando-se assim esta acção tão caritativa ainda mais acreedora de todo o elogio; as duas bandas de musica dos regimentos de infantaria n.º 2 e 7 se prestam igualmente a vir tocar gratuitamente n'esta tarde, como tão meritoriamente já têm praticado por outras identicas occasiões a bem d'esta casa de beneficencia. Finalmente, a administração do asylo, tendo contratado para trabalharem n'esta corrida tanto um dos mais acreditados cavalleiros, como os melhores capinhos que existem n'esta corte, espera confiadamente que o illustrado publico lisboense não deixará por certo de lhe prestar a sua muito valiosa conjuvação e auxilio do costume para o feliz resultado d'este beneficio, cujo producto reverte em favor de tantos centenares de desvalidos.

Lisboa, 13 de junho de 1860.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

O aviso telegraphico do paquete de Inglaterra estar á vista recebeu-se hontem ás duas horas e quarenta minutos da tarde: a mala entrou n'esta repartição ás cinco horas e quarenta minutos: a distribuição da correspondencia começou ás seis e quarenta e cinco minutos: a pequena posta saiu ás sete horas e quinze minutos.

Em 13 de